

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – SESA/I
DEPARTAMENTO DO CURSO DE TURISMO**

JOÉLCIO GONÇALVES SOARES

AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL – PR

**IRATI
2009**

JOÉLCIO GONÇALVES SOARES

AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL – PR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Turismo da Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO, *Campus* de Irati – PR, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof. Ms. Poliana Fabíula Cardozo

**IRATI
2009**

*Dedico este trabalho aos meus pais, à
minha namorada, aos meus amigos, e em
especial à minha orientadora Poliana.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela vida e pela saúde.

Aos meus pais João e Dirce, pelo apoio incondicional, nas decisões que tomei, e também nas que não tomei, as quais foram necessárias para eu estar aqui hoje, fazendo algo que me faz bem.

À Andréa minha namorada, sempre presente me incentivando a ir mais além, e me apoiando nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora Poliana, uma pessoa incrível e com sabedoria impar, pela dedicação durante estes três anos de pesquisa e orientação (2007, 2008, 2009), sempre paciente e presente nos momentos em que precisei.

Àqueles amigos das tardes de sábado, em especial a Lucas e Saul.

Aos professores que de alguma forma contribuíram com a minha formação, o meu muito obrigado.

Meus agradecimentos a todos!

“Não existe uma receita a qual as localidades devem seguir para auferirem o planejamento turístico de sucesso, pois cada uma está inserida em um contexto distinto, e com isso deverá receber tratamento diferenciado, contudo, o respeito pela comunidade e seu ambiente, bem como as etapas técnicas e básicas do planejamento turístico devem ser observados” (Poliana Fabíula Cardozo).

RESUMO

Nos dias atuais, a compreensão e sistematização da atividade turística se tornam cada vez mais necessárias, em qualquer esfera onde se pretenda empreender o turismo. Sendo assim, trabalhos que visem ao melhor entendimento e aperfeiçoamento dos processos de ordenação da atividade, são de extrema valia, buscando assim desenvolver e disseminar meios efetivos de organização e planejamento da atividade. A avaliação de potencial é um destes meios, e é tratada neste estudo que se desenvolveu no município de Rio Azul – PR, que está situado na região Centro-sul do Estado, Região Turística Terra dos Pinheirais. O trabalho teve como objetivo geral o de realizar a avaliação de potencial turístico do município em tela, e como específicos, analisar o inventário turístico municipal, e aplicar a matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras de Almeida (2006). A pesquisa se deu em duas etapas, com metodologias diferentes. Na primeira ocorreram as pesquisas em laboratório, com a busca de bibliografia pertinente, para dar embasamento a pesquisa; a segunda foi em campo por meio da qual ocorreu a caracterização do município e a aplicação dos formulários de avaliação propostos pela matriz de avaliação. A realização dos trabalhos possibilitou a conclusão da pesquisa, com o alcance dos objetivos propostos e em contrapartida com a resposta ao problema de pesquisa, que concernia, a saber, qual era o potencial turístico do município de Rio Azul. Os resultados alcançados apontam a comunidade com uma potencialidade baixa, tendo em vista as deficiências apresentadas, que refletem a atividade turística incipiente.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de potencial turístico, planejamento turístico, localidades receptoras, Rio Azul – PR.

RESUMEN

En los días actuales, la comprensión y sistematización de la actividad turística son cada vez más necesarias en cualquier ámbito donde haya deseo de llevar a cabo el turismo. Así, los estudios orientados a una mejor comprensión y mejora de los procedimientos para ordenar la actividad, son muy importantes, tratando de desarrollar y difundir medios eficaces de organización y planeamiento de la actividad. La evaluación del potencial es uno de los medios, y es dese que se trata en este estudio que se desarrolló en la ciudad de Rio Azul - PR, que se encuentra en la región central del sur del Estado de Paraná, Región turística tierra de los pinos. El principal objetivo del trabajo era efectuar la evaluación del potencial turístico del municipio, y tenía como objetivos específicos, efectuar análisis del inventario turístico, y aplicar la matriz para evaluación del potencial turístico de las localidades receptoras de Almeida (2006). La investigación se desarrollo en dos etapas, con diferentes metodologías. La primera ocurrió la investigación para buscar las lecturas pertinentes para la constitución teórica del trabajo. La segunda fue la de campo en el por medio de cual ocurrió la caracterización del municipio y la aplicación de las fichas de evaluación propuestas por la matriz. La realización de los trabajos, he posibilitado la conclusión de la investigación, llegando a que se fue propuesto hacer, y en contrapartida ha sido respondido el problema de pesquisa, que concernía a saber cuál era el potencial turístico del municipio de Rio Azul. Los resultados indican la comunidad con una potencialidad baja, teniendo en vista las deficiencias presentadas, que reflejen la actividad turística principiante.

PALABRAS-CLAVE: Evaluación del potencial turístico, planeamiento turístico, localidades receptoras, Rio Azul - PR.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz de avaliação do potencial turístico.....	14
Tabela 2 – Avaliação da oferta de hospedagem	40
Tabela 3 – Avaliação da oferta de alimentação.....	40
Tabela 4 – Avaliação da oferta de passeios.....	41
Tabela 5 – Avaliação da oferta de outros serviços.....	41
Tabela 6 – Avaliação de atrativos turísticos	41
Tabela 7 – Resultados da avaliação dos atrativos turísticos.....	60
Tabela 8 – Resultados da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos	62
Tabela 9 – Resultados da avaliação da infra-estrutura de apoio turístico	64
Tabela 10 – Resultados da avaliação da dimensão normativo-institucional	65
Tabela 11 – Resultados da avaliação da dimensão planejamento turístico participativo	67
Tabela 12 – Resultados da avaliação da dimensão outros fatores	67
Tabela 13 – Média final	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	12
2.1 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE LOCALIDADES RECEPTORAS DE ALMEIDA (2006).....	13
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
3.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO	26
3.2 AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO.....	29
3.3 METODOS DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO.....	31
3.3.1 Método de avaliação dos recursos turísticos da OMT	31
3.3.2 Metodologia de avaliação dos recursos turísticos da OEA, adaptada por Cuervo e Leno Cerro (1986, <i>apud</i> LENO CERRO, 1993), para aplicação na comunidade autônoma de La Rioja – Espanha	36
3.3.3 Classificação e avaliação de municípios turísticos de Boullón (2005)	40
3.3.4 Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras de Almeida (2006)	42
4 UMA REFLEXÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO, SUA RELEVÂNCIA PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO, E A CARÊNCIA DESTES ESTUDOS NO ÂMBITO PÚBLICO	46
5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO OBJETO DE ESTUDO	54
5.1 ASPECTOS REFERENTES AO TURISMO	54
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES REFERENTES A PESQUISA	60
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística se apresenta nos dias atuais de forma conveniente no que diz respeito à aplicação de investimentos, pela sua possibilidade de geração de capital. É vista em muitos locais como a solução para problemas de ordem econômica, contudo em alguns casos ao invés de solucionar, acaba incidindo em novas preocupações para os gestores. Com base nestas situações pode-se afirmar que na atualidade, o planejamento turístico é indispensável, uma vez que se apresenta como meio efetivo para a organização e sistematização da atividade nas comunidades receptoras, tendo em vista a promoção de ações de forma organizada com base nas especificidades locais.

Sem o planejamento a atividade turística pode acabar se desenvolvendo de forma desordenada, e o município às vezes passa a ser visto com um perfil que não condiz com sua realidade. Em alguns casos, por não saber de suas potencialidades reais, dá-se preferência a algumas atrações fracas, em detrimento de outras com maior possibilidade de desenvolvimento. Ocasionalmente situações como esta ocorrem pela falta da aplicação de métodos de avaliação que iriam apontar para as atrações com maior aptidão, ou ainda em função de interesses próprios do poder público, ou pelo seu desinteresse quanto ao desenvolvimento ordenado da atividade turística.

A construção deste trabalho se principia nesta breve reflexão, que diz respeito à necessidade do planejamento turístico e do conhecimento das realidades locais para o melhor andamento do processo, além da importância de mensurar o potencial turístico de uma localidade tida como turística ou potencialmente turística, mesmo em alguns casos não sendo esta sua realidade.

Assim sendo, avaliar o potencial turístico de localidades receptoras, para melhor ordenar as ações de planejamento (tanto em nível estratégico, como tático e operacional), torna-se imperativo para seguir com metodologias eficientes do planejamento. Este trabalho quando realizado com critérios e metodologias eficientes pode vir a apresentar a sistematização efetiva e prática da atividade no que concerne ao uso das suas possibilidades reais, e ao desenvolvimento de

planos, programas e projetos, com foco no que realmente o município dispõe, ou se apresenta ou não interesses referentes à atividade.

Muitos gestores do turismo em seus discursos asseveram acerca do indiscutível potencial para o turismo que sua localidade possui, na maioria dos casos de forma não fundamentada, em alguns sem sequer saber a que estão se referindo. Está falta de coerência por parte dos envolvidos no *trade* turístico, quando mencionam termos e conceitos específicos do turismo, motiva inúmeras distorções sobre o meio, que poderiam inexistir se todos tivessem ciência do que se trata cada vocábulo. No entanto, como se pode dizer que um município possui potencial turístico se não foi efetuada nenhuma pesquisa que permitisse tal afirmação?

Com base nesta inquietação é que se apresenta este trabalho, que teve como objetivo geral realizar a avaliação do potencial turístico do município de Rio Azul – PR, que está situado no Centro Sul do Estado do Paraná, Região Turística Terra dos Pinheirais, e como específicos analisar o inventário turístico do município e aplicar a matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras de Almeida (2006). São apresentados no decorrer do trabalho outros métodos de avaliação de potencial, de autores como Leno Cerro (1993), Boullón (2005), contudo optou-se por usar este método partindo da premissa que ele foi construído tendo em vista a realidade de municípios brasileiros, e por crer ser uma metodologia mais robusta.

Tendo em vista a conclusão do trabalho, e o alcance dos objetivos e a resposta ao problema de pesquisa, que era o seguinte: Qual é o potencial turístico do município de Rio Azul – PR?

Os resultados deste estudo acabam por representar quão incipiente e primária é a atividade turística no município, e desta feita e com base nos argumentos apresentados ao longo do trabalho pode-se apontar para alguns pontos chave que acarretam esta situação.

Nota-se deficiência principalmente no que diz respeito, a estruturas do poder público com objetivos e interesses voltados para a atividade, a equipamentos e serviços, quanto a seu atendimento a localidade e às possíveis e necessárias adaptações se repensados para se tornar equipamentos e serviços turísticos, e

problemas referentes a infra-estrutura básica e de apoio, que impedem que esta atividade turística principiante passe a ser ativa e crescente, e que devem ser revistos se houver algum anseio tanto da iniciativa pública quanto da privada pelo desenvolvimento turístico local.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo por base os objetivos do trabalho, e a necessidade do alcance destes para conclusão da pesquisa, coube a realização de diversos trabalhos, os quais foram divididos em etapas, com metodologias diferenciadas, conforme sua função em relação aos objetivos. Sendo assim apresenta-se a seguir de que forma se desenvolveu este trabalho:

Primeira etapa: nesta ocorreu a pesquisa em profundidade sobre os temas emergentes à pesquisa, para tal, se utilizou como procedimento metodológico, pesquisa de dados em fontes primárias (àquelas que são produzidas pelo autor, e que não se encontravam registradas em nenhum documento anterior) e secundárias (àquelas que apresentam informações colhidas das fontes primárias já existentes), valendo-se, para tanto de:

a) Consulta documental: a qual se deu com base na identificação das fontes, seleção dos documentos, leitura destes para colher informações por meio de fichamento e análise e interpretação dos dados coletados, e arquivamento na forma digital dos mesmos. Os documentos pesquisados foram: Valascki e Wzorek (1988) e Inventário da Oferta Turística Municipal (2009); e

b) Consulta bibliográfica: para esta fez-se a seleção e levantamento de obras, leitura analítica destas, levantamento, fichamento, arquivamento na forma digital e interpretação das informações pertinentes ao trabalho.

Os temas abordados foram: planejamento turístico, avaliação e hierarquização de atrativos, análise de potencial turístico, atrativos e recursos turísticos, terminologia básica turística entre outros pertinentes ao trabalho.

Segunda etapa: tendo em mãos os dados referentes as abordagens teóricas do trabalho, se fez necessário buscar os dados do município objeto de estudo, para assim posteriormente aplicar a método de análise do potencial turístico. Esta etapa foi dividida da seguinte forma:

a) Caracterização do município de Rio Azul: com base em dados secundários (dados presentes em livros, revistas entre outros meios, que forma colhidos em

fontes de dados primários), tratou dos aspectos demográficos, sociais, políticos, econômicos e turísticos do município estudado;

b) Registro fotográfico; e

c) Aplicação dos formulários de avaliação: nesta fase ocorreu a aplicação dos formulários de avaliação da matriz de Almeida (2006), a qual tem como objetivo a avaliação do potencial turístico de localidades receptoras. O método é descrito na seção a seguir.

2.1 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE LOCALIDADES RECEPTORAS (ALMEIDA 2006)

A metodologia foi desenvolvida por Almeida (2006), com base em alguns estudos passados como, a metodologia de inventário da oferta turística da então Empresa Brasileira de Turismo (1984 *apud* ALMEIDA, 2006, p. 189), uma proposta de Leno Cerro (1993, p. 42 - 50), que acrescenta um nível à hierarquização estabelecida pelo CICATUR/OEA (CENTRO INTERAMERICANO DE CAPACITAÇÃO TURÍSTICA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS).

Mesmo tendo por base os estudos já citados, grande parte da matriz foi idealizada pelo próprio autor. A proposta inclui-se, segundo a classificação de Smith (1992, *apud* ALMEIDA, 2006 p. 188), dentre os “métodos e técnicas de investigação descritiva de lugares, mais especificamente, na categoria dos métodos separativos de inventário de recursos” e, segundo Leno Cerro (1993, p. 53), consiste em uma avaliação analítica do potencial turístico. A matriz é aplicável para a avaliação do potencial turístico de comunidades receptoras.

Quanto a sua estrutura, apresentar-se-á a seguir os conceitos correlatos as dimensões avaliadas, a fim de esclarecer o que se entende por cada terminologia, possibilitando assim o melhor entendimento do método.

Atrativos turísticos: “é um elemento que efetivamente recebe visitação e tem estrutura para propiciar uma experiência turística” (BRAGA 2007, p. 79).

Equipamentos e serviços turísticos: “todos os estabelecimentos administrados pelo poder público ou pela iniciativa privada, que se dedicam a prestar serviços básicos, como os de hospedagem, alimentação, entretenimento entre outros serviços” (BOULLÓN 2002, p. 54).

Infra-estrutura de apoio turístico: “contempla todos os serviços públicos ou privados que intervêm no turismo, tais como: sistema de transportes, de comunicação, de educação, saneamento, segurança, assistência médico hospitalar” (BRAGA 2007, p. 76).

Normativo-institucional: é o conjunto de estruturas e organizações oficiais e não governamentais responsáveis pelo planejamento e pela gestão pública e compartilhada do turismo na localidade e dos instrumentos facilitadores destes processos (ALMEIDA 2006, p. 162).

Planejamento turístico participativo: “corresponde à análise dos níveis de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade” (ALMEIDA 2006, p. 162).

Outros fatores: considera-se àqueles pertinentes aos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade, como a proximidade dos núcleos emissores de demanda, a disponibilidade de áreas para possível expansão futura dos atrativos e/ou equipamentos turísticos e a disponibilidade de mão-de-obra para atendimento ao turista (ALMEIDA 2006, p. 162).

A seguir na tabela 1 é apresentada a matriz de avaliação do potencial turístico, a qual foi aplicada no município de Rio Azul.

Tabela 1: Matriz de avaliação do potencial turístico

Dimensões	Categorias de Análise	Indicadores	Crítérios	Pontuação
Atrativos turísticos	Naturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Atrativo com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente (atual ou potencial);	5
	Histórico-culturais (e		Atrativo excepcional	4

	seus respectivos tipos e subtipos)		capaz de motivar uma corrente (atual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos;	
	Manifestações e usos tradicionais e populares (e seus respectivos tipos e subtipos)		Atrativo com alguma característica chamativa, capaz de interessar a visitantes provenientes de longa distância que tivessem chegado a esta zona por outras motivações turísticas;	3
	Atividades econômicas (e seus respectivos tipos e subtipos)		Atrativo interessante, capaz de motivar correntes turísticas regionais ou locais; e	2
	Acontecimentos programados (e seus respectivos tipos e subtipos)		Atrativo sem méritos suficientes para ser considerado nas hierarquias anteriores, mas que representa um papel complementar, diversificando e potencializando os demais recursos.	1
Equipamentos e serviços turísticos	Meios de hospedagem - estabelecimentos hoteleiros e extra hoteleiros	Estrutura dos equipamentos	Equipamento com capacidade altamente favorável em número de unidades habitacionais, instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	5
			Equipamento com capacidade favorável em número de unidades habitacionais, instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	4
			Equipamento com capacidade restrita em número de unidades habitacionais, instalações e serviços para atender satisfatoriamente	3

		turistas, individualmente ou em grupos;	
		Equipamento com capacidade precária em número de unidades habitacionais, instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos; e	2
		Equipamento com capacidade precária em número de unidades habitacionais, instalações e serviços sem condições para atender satisfatoriamente turista em grupos.	1
Meios de hospedagem - estabelecimentos hoteleiros e extra hoteleiros	Qualidade dos equipamentos e serviços	Equipamento com qualidade altamente satisfatória para atender turistas, individualmente ou em grupos;	5
		Equipamento com qualidade satisfatória para atender turistas, individualmente ou em grupos;	4
		Equipamento em condições mínimas para atender turistas, individualmente ou em grupos;	3
		Equipamento sem condições para atender satisfatoriamente turistas em grupos; e	2
		Equipamento sem condições para atender satisfatoriamente turistas individualmente.	1
Alimentação	Estrutura dos equipamentos	Equipamento com capacidade altamente favorável quanto as instalações e serviços, para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	5

		Equipamento com capacidade favorável quanto as instalações e serviços, para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	4
		Equipamento com capacidade restrita quanto a instalações e serviços, para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	3
		Equipamento com capacidade precária quanto a instalações e serviços, para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos; e	2
		Equipamento com capacidade precária quanto a instalações e serviços, sem condições para atender satisfatoriamente turista em grupos.	1
	Qualidade dos equipamentos e serviços	Equipamento com qualidade altamente satisfatória para atender turistas, individualmente ou em grupos;	5
		Equipamento com qualidade satisfatória para atender turistas, individualmente ou em grupos;	4
		Equipamento em condições mínimas para atender turistas, individualmente ou em grupos;	3
		Equipamento sem condições para atender satisfatoriamente turistas em grupos; e	2
		Equipamento sem condições para atender satisfatoriamente turistas individualmente.	1

	Entretenimento e outros serviços turísticos (e seus respectivos tipos e subtipos)	Estrutura/ qualidade dos equipamentos e serviços	Equipamento com capacidade altamente favorável quanto as instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	5
			Equipamento com capacidade favorável quanto as instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	4
			Equipamento com capacidade restrita quanto a instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	3
			Equipamento com capacidade precária quanto a instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos; e	2
			Equipamento com capacidade precária quanto a instalações e serviços sem condições para atender satisfatoriamente turista em grupos.	1
Infra-estrutura de apoio turístico	Serviços urbanos (abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública, e energia elétrica),	Estrutura / qualidade dos equipamentos	Estrutura em condições altamente favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	5
	Sistema de transportes		Estrutura em condições favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	4
	Sistema de segurança		Estrutura em condições restritas para atender satisfatoriamente a população local e/ou a	3

		demanda turística;	
Sistema de comunicações		Estrutura em condições precárias para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística; e	2
Equipamento médico hospitalar		Estrutura sem condições para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística.	1
Acesso rodoviário à localidade	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos , (sinalização rodoviária e turística, postos de abastecimento e serviços, etc.)	Estrutura em condições altamente favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	5
		Estrutura em condições favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	4
		Estrutura em condições restritas para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	3
		Estrutura em condições precárias para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística; e	2
		Estrutura sem condições para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística.	1
Circulação interna	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos , (sinalização rodoviária e turística, postos de abastecimento e serviços, etc.)	Estrutura em condições altamente favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	5
		Estrutura em condições favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	4
		Estrutura em condições restritas	3

			para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	
			Estrutura em condições precárias para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística; e	2
			Estrutura sem condições para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística.	1
Normativo-institucional	Estrutura	Existência e atuação de órgão oficial de turismo	Órgão oficial municipal altamente atuante quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	5
			Órgão oficial municipal atuante de forma satisfatória quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	4
			Órgão oficial municipal atuante de forma limitada quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	3
			Órgão oficial municipal pouco atuante quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo; e	2
			Inexistência de órgão oficial municipal de turismo.	–
		Existência e atuação do conselho municipal de turismo	Conselho municipal de turismo altamente atuante quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	5
			Conselho municipal de turismo atuante de forma satisfatória quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	4
			Conselho municipal de turismo atuante de forma limitada quanto ao planejamento e	3

		desenvolvimento do turismo;	
		Conselho municipal de turismo pouco atuante quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo; e	2
		Inexistência de Conselho municipal de turismo.	-
	Existência e gestão do fundo municipal de turismo	Fundo municipal de turismo oficialmente criado e com disponibilidade de recursos para investimentos nas ações de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	5
		Fundo municipal de turismo oficialmente criado, sem recursos disponíveis para investimentos nas ações de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo; e	3
		Inexistência de fundo municipal de turismo.	-
	Existência e atuação de outras organizações não governamentais de fomento e promoção do turismo	Organizações não governamentais de âmbito municipal altamente atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	5
		Organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes de forma satisfatória quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	4
		Organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes de forma limitada quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	3
		Organizações não governamentais de âmbito municipal pouco atuantes quanto	2

		ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo; e	
		Inexistência de organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo.	–
Instrumentos de planejamento e gestão pública compartilhada do turismo	Existência de plano de desenvolvimento turístico/plano diretor de turismo em vigor	Plano municipal de turismo oficialmente criado e em implantação;	5
		Plano municipal de turismo oficialmente criado, mas ainda não implantado (total ou parcialmente), ou em fase de elaboração; e	3
		Inexistência de plano municipal de turismo.	–
	Existência de legislação turística, urbana, ambiental e/ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação;	Legislação municipal existente e em vigor;	5
		Legislação municipal existente, mas ainda não em vigor, ou em fase de elaboração; e	3
		Legislação municipal inexistente.	–
	Existência de créditos e/ou de incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico	Créditos e/ou incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico municipal oficialmente existentes e disponíveis aos interessados;	5
		Créditos e/ou incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico municipal oficialmente existentes mas ainda não disponíveis aos interessados, ou em fase de disponibilização; e	3
		Créditos e/ou incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico municipal inexistentes.	–
	Inserção do município em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento	Participação oficial efetiva do município;	5
		Participação do município oficialmente estabelecida mas	3

		turístico de âmbito regional, estadual e/ou nacional	ainda não efetiva; e Ausência de participação oficial do município.	–
Comunicação e distribuição:	Possibilidade de integração do município em roteiros e/ou circuitos		Integração oficial efetiva do município;	5
			Integração do município oficialmente estabelecida mas ainda não efetiva; e	3
			Ausência de integração oficial do município.	–
	Ações de divulgação		Divulgação efetiva do município por parte do órgão oficial de turismo e/ou de organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	5
			Divulgação limitada do município por parte do órgão oficial de turismo ou de organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo; e	3
			Ausência de divulgação do município por parte do órgão oficial de turismo e/ou de organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo.	–
Planejamento turístico participativo	Participação comunitária	Nível de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo	Elevado nível de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	5
			Nível satisfatório de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de	4

			planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	
			Limitado nível de envolvimento e/ou aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	3
			Baixo nível de envolvimento e/ou aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo; e	2
			Inexistência de envolvimento e/ou aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo	-
Outros fatores	Proximidade da demanda	Distância dos principais centros emissores regionais	Inferior a 100km	5
			De 100Km a 200Km	4
			De 200Km a 300Km	3
			De 300Km a 400Km	2
			Acima de 400Km	1
	Disponibilidade de áreas para expansão	Existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos	Existente em quantidade e qualidade adequadas;	5
			Existente em quantidade e qualidade aceitáveis;	4
			Limitada	3
			Escassa, com custos adicionais consideráveis; e	2
			Praticamente inexistentes.	1
	Disponibilidade de mão-de-obra	Existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade para atender ao turista	Existente em quantidade e qualidade adequadas;	5
			Existente em quantidade e qualidade aceitáveis;	4
			Limitada	3
			Escassa, com custos adicionais consideráveis; e	2
			Praticamente inexistentes.	1

Fonte: Adaptada de Almeida (2006, p. 165 - 187)

A partir da avaliação dos fatores de cada dimensão faz-se o cálculo para chegar a sua média. Tendo em mãos as médias atingidas por todas as dimensões efetua-se a soma destas e depois a divisão pelo número de dimensões para chegar a média final.

Quanto aos cálculos, Almeida (2006) aponta que deve ser usado um critério de arredondamento estabelecido pela metodologia de inventário da oferta turística da EMBRATUR (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1984, *apud* ALMEIDA, 2006) em casos em que o resultado de determinada divisão for de até 1,5, considerando a segunda casa decimal, o resultado deve ser arredondado para 1, e em casos onde a divisão for igual ou superior a 1,51, também considerando a segunda casa decimal, o resultado deve ser arredondado para 2.

Almeida (2006) não apresenta nenhuma fórmula matemática que deva ser aplicada após a avaliação para o tratamento dos resultados obtidos, e para chegar a média final. Para isso são usados como meios matemáticos a soma e divisão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO

As definições de planejamento turístico são diversas e às vezes adversas, como sabe-se o turismo é uma atividade eminentemente social, que envolve pessoas, e dispõe de inúmeras variáveis que não são simples de serem medidas e manipuladas, pela sua diversidade e pelas suas constantes mudanças. “Isso é uma peculiaridade dentro das ciências humanas e sociais, nas quais as definições não obedecem aos mesmos critérios de elaboração seguidos pelas ciências exatas” (BARRETTO, 2005, p. 29). Sendo assim cada pesquisador acaba colocando seu ponto de vista acerca do processo, apontando muitas vezes as características principais do mesmo em suas conceituações, como se poderá notar no decorrer desta seção.

Para iniciar a reflexão aponta-se o que pode ser entendido por planejamento, onde Molina (2005, p. 45) coloca que “[...] consiste em estabelecer um curso de ação que conduza a obtenção de uma situação desejada, mediante um esforço constante, coerente, organizado, sistemático e generalizado”. Para o autor é o processo que irá dispor das linhas gerais para se chegar a pretensão futura, usando de ferramentas para trabalhar de forma sistêmica e tendo em vista todas as partes que compõe a ação organizada.

Já Barretto (2005, p. 31) dispõe que “O planejamento é um processo científico”, no caso, deve ter por base dados do mesmo caráter, e que “Implica um certo grau de previsão baseado no estudo dos fatores estruturais e conjunturais, não devendo ser confundido com profecia, com especulação futurista ou como promessa de palanque” (BARRETTO, 2005, p. 31), ou seja, o processo deve ser conduzido de forma coerente, até a sua concretização, já que é indispensável, e do qual viram ações com as quais se buscará efetivar trabalhos para melhorar realmente uma localidade ou empresa.

Vistas as considerações sobre o planejamento cabe agora colocar como se pode entendê-lo quando relacionado ao turismo. Inicia-se por Molina (2005, p. 46), que dita que o planejamento do turismo

[...] é um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico. Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores de um país.

Para o autor, o uso coerente do processo se configura como a forma de assegurar o desenvolvimento da atividade, fazendo do mesmo um elo entre as partes que compõe o mercado turístico, e deste uma forma de organizar o turismo dentro dos variados setores de produção e serviços de um país, que iram se fazer necessários para o mercado turístico se estabelecer. Ou seja, o planejamento, além de nortear o desenvolvimento de determinado espaço, pode ainda fomentar o envolvimento das partes que lhe são necessárias, para sua gestão e fomento.

Para Ruschmann, (2004, p. 83) o planejamento turístico “é a atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”. Já Barretto (2005, p. 30) dispõe que o processo é “[...] um mecanismo orientado para um futuro desejado, com os meios efetivos para tornar este futuro uma realidade”, ou seja, para as autoras o processo parte da premissa da existência de uma intenção, tanto de um órgão público ou da iniciativa privada em fomentar o turismo em determinado local, porém, para isto serão necessárias condições e meios para tal ação, que começa pela existência de recursos com potencial, passíveis de desenvolvimento, para que através do planejamento sejam alcançados os anseios intencionados nos objetivos e torná-los realidade. Para complementar esta reflexão Petrocchi (2009, p. 2) coloca que o

planejamento do turismo deve considerar todas as formas possíveis de contribuição ao bem-estar dos moradores e desenvolvimento integral do destino. Porque o turismo não é um fim em si mesmo e nos núcleos receptores existem as aspirações da sociedade e outras atividades econômicas.

Quanto às linhas gerais que o processo deve seguir Cardozo (2007a, s/p) aponta que:

Não existe uma receita a qual as localidades devem seguir para auferirem o planejamento turístico de sucesso, pois cada uma está inserida em um

contexto distinto, e deverá receber tratamento diferenciado também, contudo, o respeito pela comunidade e seu ambiente, bem como as etapas técnicas e básicas do planejamento turístico devem ser observados, com vistas à sustentabilidade do planejamento em si, e que dele oriundem objetivos a longo prazo que possam garantir a sustentabilidade do destino turístico.

Dessa forma, os planejadores devem estar cientes e usarem do processo de acordo com a realidade da localidade, onde se pretenda implementar ações para fomento e desenvolvimento da atividade, pois cada espaço é distinto, e necessita de trabalhos diferenciados que vão ao encontro de suas carências, no que concerne ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável, tendo em vista a preservação dos recursos e das especificidades das comunidades locais.

Vistas as considerações acima e lançando um olhar sobre a atividade, o planejamento se configura como ferramenta primordial de base, para que a atividade se desenvolva de forma ordenada, e sem acarretar danos ao espaço trabalhado. Pois é com medidas racionais e previstas que se trabalha em harmonia, ainda que relativa, com o meio, de modo a preservar o turismo do próprio turismo e para o turismo, prevenindo os impactos nocivos a atratividade dos recursos, otimizando o uso dos espaços, e dessa forma maximizando os benefícios, quer sejam estes a entrada de renda para as localidades, a melhora da qualidade de vida da população residente e a valorização da cultura local (SOARES e CARDOZO, 2008 s/p).

Ainda tendo em vista a importância do planejamento, pode-se citar sobre a visão futura que o processo proporciona, fazendo com que muitos problemas sejam solucionados no momento de planejar, mais um ponto relevante que faz com que seu uso se torne inevitável, pois prima pelo desenvolvimento ordenado da atividade turística. É um meio, pelo qual, através de suas fases pode-se entender as peculiaridades das localidades e quais são as potencialidades que podem ser trabalhadas, aquelas que devem ser priorizadas, e as que dependerão de uma gama diferenciada de trabalhos para se efetivarem enquanto atrações para o turismo. Esta parte do planejamento é tratada na próxima seção, a qual é uma das fases mais complexas do mesmo, e a que normalmente não é realizada, mesmo sendo necessária ao processo.

3.2 AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO

A problemática da avaliação de potencial de espaços para o turismo vem sendo abordada normalmente, mesmo que de forma tímida por pesquisadores da área de turismo, no entanto são poucos os estudiosos que dispõem de pesquisas aprofundadas sobre o tema, problema que se deve a sua complexidade, a carência de material referente a temática. Outro problema é o referente à aplicação dos métodos e efetivação de pesquisas, poucas vezes concretizadas mesmo sabendo da sua necessidade, enquanto ferramenta de ordenamento da atividade turística por meio do planejamento.

Em pesquisa bibliográfica pode-se apontar uma única obra que trata somente sobre técnicas de avaliação de potencial de áreas para o turismo, escrita por Leno Cerro (1993) onde são apresentadas algumas metodologias já existentes, além de modificações feitas, por meio de aplicações e outros trabalhos quanto à temática feitos pelo próprio.

No entanto, além da falta de bibliografia, Smith (1992, *apud* ALMEIDA 2006, p. 34) aponta mais alguns problemas que cercam a investigação descritiva de lugares:

o problema de nomear, descrever e classificar os recursos recreativos e sua exploração é um problema complexo e de múltiplas facetas e que, embora todos os pesquisadores concordem com tal afirmação, todos eles estão de acordo também com tal necessidade, porém não coincidem quanto à utilização de um sistema único de classificação.

Pode-se salientar que pesa sobre a avaliação e análise de potencial a diversidade de recursos que podem e devem ser avaliados, uma vez que cada um apresenta aspectos diferenciados e intrínsecos de acordo com suas tipologias. Outro ponto é o que diz respeito a subjetividade da análise de recursos, onde como exemplo pode-se tomar as paisagens enquanto atrativo turístico, ou ainda o valor de um atrativo perante outro de características similares, onde o olhar do planejador é fator determinante no resultado final da avaliação.

Pires (2001, *apud* SILVA, 2007, p. 28) afirma que mesmo sendo um mecanismo de intensa discussão entre os diversos ramos do turismo, geralmente, sem a clareza necessária nas suas propostas ou definições de métodos, a avaliação

do potencial turístico de um dado lugar pode ser realizada a partir de inúmeras variáveis, sejam elas concretas ou abstratas que, geralmente, estão associadas aos aspectos naturais e sócio-culturais de relevância estética nos recursos e também na paisagem.

Potencial turístico segundo Almeida (2006, p. 216) pode ser entendido como

a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente.

Ignarra (2003, p. 85), discorre que a avaliação do potencial das atrações se dá juntamente com o planejamento, na etapa do estudo diagnóstico da localidade e dos recursos, que é o exame de todos os componentes do turismo tanto do ponto de vista efetivo, quanto do ponto de vista potencial.

Desta feita Veloso (2003, p. 76) aponta sobre a necessidade da pesquisa de potencialidade turística ser baseada em critérios técnicos e profissionais, para evitar distorções nos resultados. Ainda afirma (2003, p. 76) que esta fase é importante para que todos os envolvidos passem a ter uma visão apurada e não empírica, do que o município dispõe, e assim a partir dos dados coletados passem a pensar e analisar sua oferta turística, e as possíveis formas de incrementá-la no que for necessário, e por que não, nas oportunidades de investimentos.

Leno Cerro (1993) faz alusão à análise de potencial enquanto um ponto chave no estudo de qualquer localidade quer seja turística, ou que tenha o desejo de desenvolver a atividade. Quanto ao estudo (LENO CERRO, 1993, p.51) aponta que

Os métodos de classificação e inventário dos recursos constituem os primeiros passos na análise do potencial turístico de uma zona, facilitando a identificação daqueles elementos ou atividades que tem um certo poder atual ou potencial para atrair a demanda turística. Certamente, o valor real do potencial turístico de uma área não se mede unicamente pelo número de atrativos que reúne, mas sim pela qualidade destes.

Sendo assim para medir qual é o potencial turístico de determinado local, faz-se necessário avaliar os atrativos e recursos que o compõe, a começar pelos primeiros, que depois de identificados e classificados, devem ser avaliados para estabelecer os seus valores e hierarquizá-los, para determinar a sua importância

turística destes no contexto no qual se inserem, quer seja o mesmo municipal, regional ou nacional. (PARANÁ, 2005).

Torna-se necessário também avaliar os equipamentos que estão instalados, assim como as vias acesso, transporte, de forma geral, todas as facilidades que agregam valor ao atrativo e permitem a estadia do turista na localidade.

Assim sendo, a avaliação e análise de potencial turístico, sinaliza para o planejamento da atividade como critério balizador, tendo em vista a prática de ações futuras nos locais que almejam desenvolver o turismo, sabendo da realidade local e dos desafios a enfrentar, porém utilizando o processo e trabalhando de acordo com as especificidades dos espaços, sem cometer erros que possam afetar a atratividade das atrações.

Trata-se da busca, através de argumentos metodológicos, de dados e fatos conferidos de fundamento científico que comprovem as particularidades da localidade, estas que darão formas ao planejamento, e nortearão as ações suscetíveis a seu implemento.

Cabe ressaltar que apesar de serem poucos os métodos que permitem a mensuração de potencial turístico, cada um apresenta formas diferenciadas de avaliação, e fatores em sua maioria distintos, que exigem atenção dos que efetuam determinado estudo. Porém estes dispõem de aspectos e apreços importantes em suas abordagens referentes a temática, que devem ser relevados quando da sua aplicação e posterior aferição de resultados.

3.3 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO

Para compor esta seção, pesquisaram-se métodos referentes à análise potencial turístico. A seguir é apresentada uma síntese do que foi exposto na bibliografia pesquisada.

3.3.1 Matriz de avaliação dos recursos turísticos da OMT

Sabendo da necessidade de avaliar os recursos que potencializam o desenvolvimento turístico, e da falta de um documento de base para tal trabalho, a OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO) lança no ano de 1978, um manual intitulado *Avaliação dos Recursos Turísticos*. Tinha como objetivo,

estudar formas de realizar uma análise tipológica e inventariar os recursos turísticos atuais e potenciais de uma determinada região ou país e propor medidas adequadas de proteção, conservação e aproveitamento destes recursos (OMT, 1978, p. 1 *apud* LENO CERRO, 1993, p. 68).

A metodologia na primeira etapa apresenta a forma de inventariação dos recursos apregoada no mesmo documento pela OMT, no entanto como este trabalho não diz respeito ao inventário dos recursos, mas sim a sua avaliação, aqui é apresentada somente a parte que concerne ao presente estudo.

A avaliação se dá tendo por base dois pontos chave, sendo estes os fatores internos e externos. Como fatores internos Leno Cerro (1993, p. 72) afirma que “são aqueles que fazem referência às qualidades e valores específicos que cada recurso possui”. Já os fatores externos “[...] são os que, de uma maneira sensível, exercem ou podem exercer uma influência no fluxo turístico com destino ao recurso, determinando a posição deste com respeito à demanda” (LENO CERRO, 1993, p. 72).

A seguir é apresentado o detalhamento da pesquisa.

Fatores internos: dentro desta categoria, incluem-se dois tipos de fatores: os que fazem referência ao grau de utilização do recurso e aqueles que se referem às características intrínsecas do recurso.

Grau de utilização do recurso

Urbanização: se avalia segundo o tipo (urbanização turística, mista ou não turística), segundo a qualidade da construção e da ordenação urbana (boa, média ou má), e segundo a intensidade de urbanização do recurso (elevada, média ou deficiente);

Infra - estrutura: para avaliação consideram-se as características das infra-estruturas em matéria de meios de transporte, o nível dos serviços oferecidos e o nível destes serviços com relação às necessidades da demanda;

Equipamentos e serviços turísticos: deve-se valorar tanto a qualidade como a quantidade dos meios de alojamento existentes (hoteleiros e extra-hoteleiros), da oferta turística complementar (alimentação, agências de viagens, espaços para eventos e esportes, etc.) e dos serviços turísticos (informação, comercialização e transporte).

Características intrínsecas

Neste avaliam-se os aspectos que definem a própria natureza do recurso, tendo em vista a variedade de recursos, cada um dispõe de características inerentes a sua tipologia. Ou seja, cada tipo de recursos deverá ser avaliado levando em conta um determinado grupo de aspectos.

Fatores externos: nesta categoria a OMT inclui quatro fatores básicos que devem ser considerados:

Acessibilidade

Avalia-se tanto a quantidade como a qualidade dos acessos que levam para o recurso a demanda, assim como os meios públicos de transporte, como aeroportos, ferrovias, portos e vias rodoviárias.

Proximidade a centros emissores

É um fator derivado da acessibilidade e do princípio de gravidade: quanto menor for a distância que separa o recurso do centro emissor, maior será o poder de atração do mesmo.

Especificidade do recurso

Trata-se de medir a valia turística do recurso em comparação com outros recursos da mesma natureza, considerando igualmente seu grau de singularidade.

Importância do recurso

Determinada pelo impacto do recurso no mercado turístico e o volume de demanda que gera e atrai para si.

Quanto a avaliação final do recurso, a mesma se efetua aplicando uma escala de valores a cada um dos fatores considerados. Geralmente será usada uma escala de 0 a 3 pontos que indica unicamente a intensidade do fator considerado (LENO CERRO, 1993, p.74).

A valoração de cada recurso será determinada com base nas pontuações obtidas na avaliação dos valores internos e externos dos recursos, da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \underline{VT} &= \underline{x.y} \\ \underline{x} &= \underline{A + B + C + D} \\ \underline{y} &= \underline{E + F + G + H} \end{aligned}$$

Onde:

VT = valor turístico do recurso.

x = soma das pontuações obtidas pelos fatores internos:

A = avaliação do elemento urbanização;

B = avaliação das infra-estruturas;

C = avaliação dos equipamentos e serviços;e

D = avaliação das características intrínsecas do recurso.

y = soma das pontuações obtidas pelos fatores externos:

E = avaliação das condições de acessibilidade;

F = avaliação da proximidade a centros emissores;

G = avaliação da especificidade do recurso;e

H = avaliação da importância do recurso.

Leno Cerro (1993, p. 75) afirma que o principal objetivo da metodologia, não é efetuar a avaliação e apontar o potencial turístico de cada recurso, mas sim dividir a localidade em zonas, e demonstrar o que cada uma destas pode representar para o turismo do município. Desta forma tendo as zonas divididas em ordem de importância, no momento do planejamento da atividade, se saberá quais deverão ser priorizadas, de acordo com suas características. O autor (1993, p. 75) continua:

Esta ordem de prioridade ou, dito de outro modo, o valor turístico da zona, é estabelecido com base nos recursos turísticos que nela se localizam e nas características próprias do conjunto da zona. O procedimento de avaliação, muito similar ao já explicado para o caso dos recursos, parte da avaliação de uma série de fatores internos e externos que são recolhidos em uma ficha de inventário turístico para cada uma das zonas consideradas.

O Leno Cerro (1993, p. 75-76) afirma também que neste caso o potencial turístico de uma zona turística analisada será determinado pelo produto das pontuações obtidas na avaliação dos seus valores internos e externos:

$$\underline{VTZ = FI \cdot FE}$$

Onde:

VTZ = valor turístico da zona;

FI = valor dos fatores internos da zona: soma dos valores dos fatores internos (A, B, C e D) dos N recursos presentes na área x:

$$\underline{FI = \sum_{x=1}^N A_x + \sum_{x=1}^N B_x + \sum_{x=1}^N C_x + \sum_{x=1}^N D_x}$$

$$\underline{FE = E + F + G + H}$$

FE = soma dos fatores externos da zona;

E = facilidades de acesso e comunicação a partir dos centros emissores;

F = especificidade da zona em relação a outras;

G = proximidade de centros emissores; e

H = importância turística da zona como fonte de atividades turísticas e de captação da demanda em relação às demais zonas.

Desta forma, “a partir dos valores obtidos para cada uma das zonas pode-se estabelecer uma hierarquia destas segundo sua importância turística e, em função desta, uma ordem de prioridades para sua planificação e desenvolvimento (LENO CERRO, 1993, p. 76).

Tendo em vista que a metodologia descrita foi uma das primeiras que vêm com o intuito de avaliar o potencial turístico, pode-se afirmar que mesmo assim esta já dispõe de bases coerentes para tal finalidade. Muitos dos métodos existentes hoje tiveram parte de suas bases advindas deste, tanto no que diz respeito aos fatores internos como externos.

Um fator que deve ser considerado, é que a matriz supra citada não apresenta o processo de hierarquização dos atrativos, já que a pesquisa parte da premissa de avaliar a localidade dividida em zonas, e não se ter cada recurso individualmente com sua hierarquia, mas sim as zonas, baseando-se em tudo o que elas possuem, e assim apontado para sua importância turística para a localidade ou região turística.

3.3.2 Metodologia de avaliação dos recursos turísticos da OEA, adaptada por Cuervo e Leno Cerro (1986, *apud* LENO CERRO, 1993), para aplicação na comunidade autônoma de La Rioja – Espanha

Da mesma forma que a OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO), a OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS), apresenta a metodologia que primeiramente é composta pelo inventário dos recursos, e depois da avaliação dos mesmos. Sendo assim Leno Cerro (1993, p. 44) aponta:

Uma vez classificados os recursos em categorias, tipos e subtipos, o passo seguinte que propõe a metodologia da OEA é proceder a avaliação dos ditos recursos. Isto consiste em um exame crítico dos recursos mais relevantes para estabelecer seu interesse turístico sobre bases objetivas e comparáveis, designando suas possíveis hierarquias.

O mesmo processo ocorre com a avaliação das facilidades turísticas, que compreende os equipamentos turísticos e a infra-estrutura básica.

No entanto Cuervo e Leno Cerro (1986, *apud*, LENO CERRO, 1993, p. 46 – 47) apontam que o método da OEA, apesar de ser suscetível de utilização, enquanto instrumento de organização do inventário, e de avaliação dos recursos, ele apresenta alguns defeitos de importante relevância:

a classificação hierárquica de cada recurso em função do tipo de demanda que atrai é, a maioria das vezes, muito subjetiva, pois, salvo casos isolados, não existem estatísticas que permitam definir os distintos segmentos de demanda que gerará o recurso.

De toda forma, o método acaba não considerando na avaliação dos recursos alguns fatores externos, que de certa forma podem influenciar nos resultados finais quanto ao seu potencial turístico, e ainda acabar por dispor de dados incorretos (LENO CERRO, 1993, p. 47).

Tendo por base estes questionamentos Cuervo e Leno Cerro (1986, *apud*, LENO CERRO, 1993) em um trabalho feito na Comunidade Autónoma de La Rioja – Espanha, propõe a introdução de um fator de ponderação relativo à zona (fatores externos) onde localiza-se o recurso, e incluem enquanto fatores de avaliação três elementos, os quais são considerados importantes pelos autores: a conectividade (acessibilidade física), a concentração de recursos e a oferta de alojamento e equipamentos de restauração.

O fator de ponderação espacial é o resultado do produto dos três elementos considerados mais a soma de uma constante:

$$FP(x) = FC(x) \cdot FCR(x) \cdot FHR(x) + K$$

Onde:

FP(x) = fator de ponderação da zona “x”;

FC(x) = fator de conectividade da zona “x”;

FCR(x) = fator de concentração dos recursos da zona “x”;

FHR(x) = fator referente as praças de alojamento e restauração da zona “x”; e

K = constante (K = 1).

A primeira ação a ser executada por Cuervo e Leno Cerro (1986, *apud*, LENO CERRO, 1993, p. 47) após esta modificação da metodologia da OEA, foi dividir a Comunidade Autônoma em uma serie de zonas, e calcular para cada uma delas os distintos elementos que intervém em seu fator de ponderação.

Quanto a avaliação dos fatores alterados:

Grau de conectividade: a determinação ocorre a partir de uma escala de 1 a 4 pontos, em função da densidade e a qualidade da malha rodoviária, na qual o valor 1 é correspondente a áreas de baixa conectividade, os seja, locais de difícil acesso, através de rodovias municipais e locais (menos de 3 Km de rodovia para cada 10Km²), e o valor 4 para zonas traçada por autopistas e com malha compacta de rodovias nacionais, estaduais e locais, que proporcionem boa comunicação linear e transversal (um mínimo de 3 Km de autopista e outros 4 Km de rodovias nacionais, estaduais e locais para cada 10 km² de superfície) (LENO CERRO, 1993, p. 48).

Fator de concentração de recursos de cada unidade especial: o calculo se dá tendo por base o valor que representa a soma das hierarquias primárias dos seus recursos com respeito à soma das hierarquias primárias de todos os recursos presentes na Comunidade Autônoma. Hierarquias primárias são as pontuações outorgadas a cada recurso em função da demanda que atrai. Cabe salientar que as hierarquias apregoadas pela OEA, eram de 0 a 3, e estas foram modificadas pelos autores, passando a ser de 1 a 5, ou seja, se acrescentou um nível na hierarquização (LENO CERRO, 1993, p. 48).

Fator referente às praças de alojamento e aos equipamentos de restauração: ocorre de forma similar a avaliação dos recursos, considerando o peso relativo das praças de hotéis, *hostels*, apartamentos e restaurantes de cada uma das zonas com respeito ao total da região (LENO CERRO, 1993, p. 49).

Ao final, para calcular o valor da hierarquia dos recursos, multiplicam-se as hierarquias primárias pelo fator de ponderação da zona onde estes se localizam.

Leno Cerro afirma (1993, p. 49), quanto à modificação do método, que esta apresentou algumas vantagens e desvantagens, e que haveria a necessidade de aprofundamento dos estudos, e assim a metodologia apresentada poderia servir de base para novos estudos, como na questão do fator de ponderação zonal e no peso relativo a cada um destes elementos avaliados. O autor (1993, p. 49) continua:

Não obstante, apesar das arbitrariedades que podem se detectar, esta modificação apresenta claros avances com respeito a metodologia original e inclui alguma novidade frente a outras metodologias de avaliação de recursos.

O que se pode notar é que um ponto forte que a metodologia apresenta frente a outras, segundo afirmação de Leno Cerro (1993, p.49 - 50), é seu critério quando da avaliação dos fatores internos ao recurso, onde se dá ênfase na análise da capacidade de atração do atrativo ou recurso, perante a análise dos fatores externos, como equipamentos e acessibilidade. “Assim, em nosso caso, o fator de ponderação zonal (fatores externos) unicamente corrige a valoração inicial do recurso determinada por seu próprio poder de atração” (LENO CERRO, 1993, p. 50).

Sendo assim, o método apresentado apresenta características relevantes para a mensuração do potencial turístico, em qualquer esfera que se pretenda efetuar uma avaliação do tipo, certamente, que diferente de outros métodos apresentados, onde a avaliação se dá, tendo por base a valoração de cada recurso e de suas facilidades, Cuervo e Leno Cerro (1986, *apud*, LENO CERRO, 1993, p. 46 - 50), são criteriosos e acabam considerando na mudança, itens que por sua importância, fazem com que a metodologia fique mais rica e ofereça mais subsídios para o aferimento do potencial, da realidade turística de cada zona, e assim, ao final, de uma localidade como um todo.

3.3.3 Classificação e avaliação de municípios turísticos de Boullón (2005)

A metodologia de Boullón (2005) é apresentada em uma de suas obras intitulada Os municípios turísticos, discorre sobre a classificação e avaliação, da

estrutura que engloba e possibilita o desenvolvimento turístico em âmbito municipal com base na oferta turística. No trabalho o mesmo tem como base fatores que são intrínsecos à atividade turística, e também fatores outros que compõem a estrutura necessária para o desenvolvimento da atividade, que são também utilizados por outros setores.

Cabe ressaltar que Boullón (2005) apresenta mais duas formas de classificação de municípios turísticos na mesma obra, sendo uma em relação ao funcionamento e outra a partir da demanda, de toda forma neste e estudo vamos tratar somente sobre a classificação a partir da oferta, por ser a pertinente ao trabalho em questão. Os pontos avaliados e suas formas de avaliação são apresentados a seguir:

Hospedagem: o autor coloca como o fator mais importante da análise, divide entre hoteleiro, extra-hoteleiro e para-hoteleiro. Leva-se em conta para determinar à pontuação a capacidade de hospedagem, o número de leitos de todos os equipamentos existentes no município. A pontuação é determinada da seguinte forma:

Tabela 2: Avaliação da oferta de hospedagem

Tipo	Hierarquia do serviço	Pontuação a cada 100 habitações
Hoteleiro	5 estrelas	300
	4 estrelas	150
	3 estrelas	80
	2 estrelas	40
	1 estrela	20
Para-hoteleiro	—	40
Extra-hoteleiro	—	20

Fonte: BOULLÓN, 2005, p. 66

Equipamentos de A & B: não leva-se em conta a tipologia dos estabelecimentos, o fator analisado está relacionado à qualidade dos serviços. Divide em 3 hierarquias, como na tabela a seguir:

Tabela 3: Avaliação da oferta de alimentação

Hierarquia do serviço	Equivalente em estrelas	Pontuação
A	5	100
B	4	50
C	3,2 ou 1	20

Fonte: BOULLÓN, 2005, p. 67

Oferta de passeios: atribuem-se pontos de acordo com a tipologia e abrangência dentro do mercado turístico do município, da seguinte forma:

Tabela 4: Avaliação da oferta de passeios

Tipo	Pontuação
Parques temáticos	500
Cassinos e estabelecimento de jogos de azar	300
Centros noturnos	50
Outros espetáculos públicos	50

Fonte: BOULLÓN, 2005, p. 67

Oferta de outros serviços: nesta avaliação entram somente os equipamentos considerados importantes dentro do uso turístico, como descrito na tabela que segue:

Tabela 5: Avaliação da oferta de outros serviços

Tipo	Pontuação
Centros de convenções; capacidade superior a 1.000 pessoas	500
Centros de convenções; capacidade igual ou inferior a 1.000 pessoas	300
Congressos e convenções em hotéis; capacidade superior a 300 pessoas	100
Congressos e convenções em hotéis; capacidade de 100 a 300 pessoas	50
Locadoras de automóveis	80
Agências de turismo de ação local	40
Comércios de interesse turístico	10

Fonte: BOULLÓN, 2005, p. 69

Avaliação dos atrativos: Boullón (2005, p. 118) cita “em toda cidade se observa uma tendência a superestimar seu patrimônio”, e que, “a fim de evitar as deformações a que pode conduzir esta tendência, deve-se aplicar os critérios de avaliação de um atrativo em relação a sua capacidade para atrair os diferentes tipos de mercado”, ou seja, classificação é feita a partir da demanda segundo a origem do mercado emissor, de acordo com a distância dos pólos emissores.

Tabela 6: Avaliação de atrativos turísticos

Hierarquia	Valor	Tipo de mercado
IV	3000	Receptivo não limítrofe ou limítrofe
III	200	Receptivo fronteiriço e interno nacional
III	10	Interno regional
I	1	Interno local

Fonte: BOULLÓN, 2005, p. 118

Boullón (2005) não dispõe de forma clara como se chega aos resultados finais. No entanto para se estabelecer uma escala de valor, quando da aplicação da matriz e da concepção de seus resultados, poderia ser efetuada a avaliação em uma região turística e posteriormente uma análise comparativa entre os resultados, já que o autor não estabelece parâmetros a fim dispor índices para apontar hierarquias

ao município. Sendo assim a avaliação de mais de um município, possibilitaria uma análise comparativa entre os resultados obtidos pelos mesmos, sabendo desta forma qual dispõe de maior potencial turístico.

Quanto à aplicação, o método de Boullón (2005) dificulta um pouco a pesquisa, pois o mesmo é um tanto quanto complexo no que se trata a pontuação atribuída, exige de outras pesquisas de base anteriores para a sua aplicação integral, como exemplo pode-se citar a seção da avaliação de atrativos, que necessita do levantamento de perfil da demanda, não que este não seja importante, porém parte para outra perspectiva, não tendo um foco restrito a oferta, apesar de o mesmo afirmar que o estudo seria com base nesta.

Contudo não pode-se descartar seu valor perante outros métodos, por ser um estudo relevante quanto a temática, e por dispor de forma diferenciada a avaliação.

3.3.4 Matriz de avaliação do potencial turístico de comunidades receptoras de Almeida (2006)

Metodologia abrangente e coesa no que concerne às dimensões apresentadas enquanto fatores chave na avaliação, foi desenvolvida por Almeida (2006), com base em alguns estudos como: a metodologia de inventário da oferta turística da então Empresa Brasileira de Turismo (1984 *apud* ALMEIDA, 2006, p. 189); e Leno Cerro (1993, p. 48) - que acrescenta um nível à hierarquização estabelecida pelo CICATUR/OEA.

Apesar de haver parte da matriz construída com base em outros estudos, em sua maioria ela foi idealizada pelo próprio autor.

A proposta inclui-se, segundo a classificação de Smith (1992, *apud* ALMEIDA, 2006 p. 188), entre os “métodos e técnicas de investigação descritiva de lugares, mais especificamente, na categoria dos métodos separativos de inventário de recursos” e, segundo Leno Cerro (1993, p. 53), consiste em uma avaliação analítica do potencial turístico. A matriz é aplicável para a avaliação do potencial de comunidades receptoras, a partir desta são avaliados:

Atrativos turísticos: para a análise dividem-se os atrativos em: naturais, histórico culturais, manifestações de usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados, assim são atribuídos pontos de acordo com a atração que os mesmos possuem, no caso em nível internacional, nacional, regional, se atraem por si só ou em conjunto com outros atrativos, ou se complementa um de maior hierarquia. A pontuação é de 1 a 5.

Equipamentos e serviços turísticos: efetua-se a avaliação de acordo com a capacidade, estrutura e qualidade dos mesmos. São divididos em: meios de hospedagem, alimentação, equipamentos de entretenimento e outros serviços de uso turístico. A pontuação é atribuída para cada tipo de equipamento, esta é de 1 a 5.

Infra-estrutura de apoio turístico: a mensuração se dá com base na estrutura e qualidade dos serviços, e a pontuação atribuída a cada um especificamente é de 1 a 5. São os seguintes: Serviços urbanos (abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública, e energia elétrica); Sistema de Transportes; Sistema de Comunicações; Sistema de Segurança; e Equipamento médico-hospitalar.

Infra-estrutura de acesso: analisa-se a estrutura existente e as condições de atendimento que está oferece à população, com pontuação de 1 a 5, dividido da seguinte forma: Acesso rodoviário à localidade; Vias de circulação Interna; e Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e turística, postos de abastecimento e serviços etc.).

Órgãos de cunho normativo-institucional: são divididos para a ponderação de acordo com sua tipologia e abrangência, da seguinte forma: Existência e atuação do órgão oficial de turismo; Existência e atuação do conselho municipal de turismo; Existência e gestão do fundo municipal de turismo; e Existência e atuação de outras organizações não governamentais de fomento e promoção do turismo. A pontuação é atribuída de acordo a atuação de determinado órgão dentro do turismo na localidade. A pontuação e de 0 (caso inexista ou não atue) se não for dessa forma será atribuído 2, 3, 4 ou 5 pontos, de acordo com os itens exigidos citados anteriormente.

Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo: pontos a serem considerados: Existência de plano de desenvolvimento turístico/plano diretor de turismo em vigor; Existência de legislação turística, urbana, ambiental e/ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação; Existência de créditos e/ou de incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico; e Inserção do município em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento turístico de âmbito estadual, regional e/ou nacional. A avaliação se desenvolve da seguinte forma: se determinado item citado está em vigor recebe 5 pontos, se existe mas não está em vigor ainda 3 pontos, se inexistente nenhum ponto. Quanto a sua *Comunicação e distribuição* são divididos da seguinte forma para a avaliação: Possibilidade de integração do município em roteiros e/ou circuitos; e Ações de divulgação. A avaliação destes pontos se dá da seguinte forma: se determinado item citado está em vigor recebe 5 pontos, se existe mas não está em vigor ainda 3 pontos, se inexistente nenhum ponto.

Planejamento turístico participativo: a mensuração é referente ao nível de envolvimento e aceitação da comunidade local, nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo. A pontuação atribuída é: 0, 2, 3, 4 ou 5.

Outros fatores: se avaliam os que são pertinentes ao processo de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade tais como: Proximidade da demanda, onde se pondera a distância dos principais centros emissores regionais; Disponibilidade de áreas para expansão, onde se avalia existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou dos equipamentos turísticos; Disponibilidade de mão-de-obra, onde avalia-se de acordo com a existência em quantidade e qualidade para atendimento ao turista; Pontuação de 1 a 5 de acordo com os parâmetros citados.

Com base na análise dos fatores descritos anteriormente, far-se-á a somatória de todos os pontos atribuídos as dimensões de avaliação, e em seguida faz-se a média de cada um destes. Tendo em mãos a média de cada dimensão, far-se-á a soma das médias de todas as dimensões, para a partir da divisão chegar à média final.

Os cálculos referentes à hierarquização não foram apresentados, pois segundo Almeida (2006) afirma em sua tese doutoral, estes não seriam necessários já que o principal item a ser testado em sua matriz, dizia respeito à avaliação e não a hierarquização dos municípios.

Deste modo a matriz apresentada por Almeida (2006) dispõe de grande valor partindo da premissa que foi idealizada e construída tendo em vista a realidade de municípios brasileiros, no que concerne às estruturas que envolvem o turismo. Sendo assim ela apresenta em sua avaliação de itens que estão presentes e são de importância para o planejamento turístico das localidades e para seu desenvolvimento ordenado, como pode-se observar na descrição apresentada. É de extrema importância, também por se apresentar como o primeiro estudo em nível nacional, que se dedicou integralmente a temática da avaliação de potencial, uma vez que mesmo a nível internacional, são poucos os trabalhos disponíveis com este foco.

Desta feita é que se optou por usar desta matriz na pesquisa, uma vez que crê-se que seja adequada para tal trabalho, e por seu valor tendo em vista a levantamento das realidades locais no que concerne ao turismo em municípios brasileiros, avaliando de forma macro, as questões que influem e atuam de forma direta e indireta na atividade turística, no que diz respeito a seu desenvolvimento ordenado.

4 UMA REFLEXÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO DE POTENCIAL TURÍSTICO, SUA RELEVÂNCIA PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO, E A CARÊNCIA DESTES ESTUDOS NO ÂMBITO PÚBLICO

O turismo é visto na sociedade contemporânea como uma atividade que transforma lugares, que traz benefícios de ordem econômica e que movimenta divisas dentro de um país. No entanto se pensado de um ponto de vista mais apurado, nota-se no que tange às suas dimensões, certa complexidade, já que envolve inúmeros fatores, onde alguns podem ser manipulados pelo próprio gestor da iniciativa privada, e aqueles que são de responsabilidade pública, cabendo citar os sociais que são parte dos principais e os mais difíceis de serem controlados.

Tomando por base a metodologia de Almeida (2006), entende-se como de fatores de ordem privada: equipamentos e serviços turísticos ou infra-estrutura turística, que às vezes podem ser geridos pelo poder público, como por exemplo em um Parque Nacional, Estadual ou Municipal, ou qualquer outro espaço que seja desta iniciativa; e os de ordem pública: transporte, saneamento básico, acessos ou infra-estrutura básica e de apoio e ainda gestão de órgãos oficiais de turismo.

Por meio de um trabalho coerente e organizado das duas iniciativas é que poderão ser alcançados os resultados sociais, estes que devem estar previstos enquanto um dos objetivos do planejamento turístico das localidades como apontam Bound e Bovy (1977, *apud* RUSCHMANN, 2004 p. 85), quando citam os principais objetivos do processo, e incluem o de “Maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos (tanto os de desenvolvimento como os de operação), visando ao bem-estar da comunidade receptora e à rentabilidade dos empreendimentos do setor”.

As linhas de trabalho das iniciativas são distintas, como cita Ruschmann (2004, p. 83 – 84)

O planejamento de uma organização comercial (privada) tem como objetivo principal o lucro, que pode ser medido objetivamente, ao passo que os órgãos públicos não visam lucros, e seus resultados não podem ser medidos por indicadores qualitativos.

Ou seja, o poder público deve ter como principal objetivo o bem estar social das comunidades receptoras, com agregação da renda, e a proteção dos ambientes onde a atividade pode estar se desenvolvendo, já a iniciativa privada quer ver o capital investido, voltando para empresa através de seus trabalhos, se tornando uma atividade lucrativa.

Desta forma, no que se trata a alcance de objetivos, quem tem maior dificuldade é o poder público, já que trabalha com elementos intangíveis, que somente serão sentidos pelos beneficiados após um determinado tempo, ainda podendo ser benéfico para alguns e para outros não, onde entra a variável pessoal de cada indivíduo, e o que cada um espera com a atividade. São objetivos permeados por fatores qualitativos, mais difíceis de serem notados, medidos e solucionados.

Já para a iniciativa privada não deixa de ser difícil, mas nota-se mais facilidade, no entanto que ela também depende do trabalho da outra iniciativa para lhe dar suporte com o que for necessário e de sua responsabilidade, de toda forma, esta iniciativa trabalha mais voltada a números, ou seja, resultados quantitativos, mais fáceis de serem medidos, solucionados e atingidos.

Não obstante, no que diz respeito ao turismo, vê-se as duas iniciativas tendo que andar juntas, cada uma cumprindo sua parte dentro da atividade, unindo infraestrutura turística à básica, formando o produto turístico.

No entanto um fato que vale ressaltar, é o do poder público por não dispor de dados concretos advindos de pesquisas, como o inventário turístico, por meio do qual ocorre a “[...] identificação dos atrativos, equipamentos, serviços e infraestrutura que serão analisados, quantificados e qualificados” (VELOSO 2003, p. 96) e do estudo diagnóstico, onde se busca identificar e se “descreve a situação atual da destinação com base nos fatos, nas estatísticas e no seu histórico, obtidos pelo inventário” (RUSCHMANN, 2004, p. 160).

Estes estudos apontam a situação do município e norteiam o planejamento da localidade. Esta deficiência, em alguns casos, acaba influenciando e incentivando a iniciativa privada a trabalhar com o turismo. O que ocorre, é que com a falta destes

documentos, muitos gestores vão pelo discurso, já que é praxe ver políticos em suas falas mencionar sobre o potencial turístico que o município possui, porém, habitualmente, não houve nenhum estudo, de onde viriam resultados que comprovariam ou argüiriam tal afirmação.

De fato, muitas são as realidades locais quando se fala em turismo. No entanto, estas realidades são vistas quase sempre de forma simplista, e expressada em uma palavra: potencial. Como cita Almeida (2006, p. 17), partindo-se da premissa de que nos dicionários a expressão potencial aproxima-se de possível, então é possível admitir que tudo é potencial.

Se considerado como possibilidade, em se tratando de turismo, pode se entender como potencialidade, a existência de recursos com poder de atratividade passíveis de desenvolvimento, a existência de facilidades, como vias de acesso e equipamentos de apoio, ou seja, uma gama de condições que podem possibilitar o trabalho da atividade. Só que cabe ressaltar, se é uma possibilidade não deve ser encarada como algo concreto, pois muitos quando usam desta terminologia, fazem criar-se um imaginário de um local, como se este estivesse apto para receber turistas.

Porém, muitos são os gestores que falam em potencial turístico, já, são raros os que tentam mensurá-lo. As ações necessárias para tal fim, demandam tempo e variados estudos, como se pôde notar nos métodos apresentados na seção anterior, a começar por um inventário da oferta turística bem estruturado, onde devem se encontrar descritos, os possíveis atrativos e recursos turísticos, e as facilidades que são de responsabilidade pública e privada.

No entanto ao se falar em atrativo e recurso, se encontra outro problema, pois no mercado turístico nota-se certo conflito quando do uso destes termos, talvez pela falta de conhecimento por parte dos gestores envolvidos, sobre a abrangência de cada terminologia, já que muitas vezes vemos estes sendo usados como se fossem homogêneos, contudo, ao efetuar uma busca sobre os termos na bibliografia, eles diferem-se em suas conceituações. Sendo assim, tendo por base a relevância destes conceitos para o estudo apresentado neste trabalho, cabe mencionar de toda forma qual é a abrangência destes.

Para Dominguez (1994, p. 23), o recurso teria suas origens no latim, e que o direito romano apropriara-se do vocábulo para expressar revisão de ação judicial. A partir daí, a economia lhe confere conotação especial: elementos que se pode lançar mão para acudir a uma necessidade ou levar a cabo uma empresa. Dessa forma, um recurso, para Dominguez seria um elemento com dois adjetivos: aptidão e disponibilidade. Daí, trazendo para o turismo, o recurso turístico deve ter, obrigatoriamente, possibilidade de fruição. Quanto aos atrativos, Dominguez (1994, p. 24) coloca que o vocábulo adveio do latim e é explicado como sendo aquele que atrai, ou seja, aquele que pode trazer para si. Turisticamente falando, um atrativo deve ter o poder de atrair pessoas.

Já Braga (2007, p. 79) que coloca que “atrativo turístico é um elemento que efetivamente recebe visitantes e tem estrutura para propiciar uma experiência turística”, já os recursos turísticos para a autora (2007, p. 79), “são os elementos de uma localidade que tem potencialidade para tornar-se atrativo turístico; ou seja, constitui-se na matéria prima do turismo”. Sendo assim, pode-se afirmar que para ser considerado atrativo o recurso deve dispor de facilidades para receber os visitantes, no que concerne a equipamentos e serviços, infra-estrutura básica entre outros, e ser buscado não somente pela comunidade local, mas sim por demanda externa, quer seja esta regional, estadual e/ou nacional.

No entanto ao fundir os conceitos de recurso e atrativo, para chegar ao turismo, percebe-se que não basta atrair, mas também devem-se dispor de condições de uso turístico. Como apontam Soares e Cardozo (2008, s/p)

não raro lugares sagrados que atraem e despertam a curiosidade de visitantes, mas muitas vezes não são passíveis de visitaçã, ou seja, não estão disponíveis para o turismo, sendo assim, não podem ser encarados como recursos turísticos.

Dessa forma pode-se afirmar que mais que atrair, os ícones de interesse turístico devem ter possibilidade de uso, como já citado: disponibilidade e aptidão.

Cabe ressaltar que o uso indevido destas terminologias acaba danificando o inventário, que fica duvidoso, e acaba dificultando outros trabalhos futuros, como o de avaliação hierarquização dos atrativos, uma vez que normalmente, na seção de atrativos acabam estando descritos também os recursos como se estes fossem da

mesma tipologia. Esta confusão acabará incidindo na imprecisão dos estudos que terão de base este documento.

Após a etapa do inventário, a localidade deve partir para o estudo diagnóstico da localidade, onde se dá a “[...] investigação, reflexão, compreensão dos dados provenientes da realidade empírica com base em um quadro normativo definido, com fins operativos” (BARRETTO, 2005, p. 73). Ou seja, é um trabalho o qual tem como objetivo o conhecimento da realidade da localidade para fins de uso turístico, quais os problemas e oportunidades que esta apresenta. Ainda continua (2005, p. 73) afirmando que “Isso implica que a pesquisa não seja realizada apenas para a obtenção de dados, mas objetivando uma ação futura”. É dizer que para a autora, o diagnóstico é mais um estudo de base para o planejamento turístico da localidade, pois sobre as perspectivas apontadas por este, que serão determinados os objetivos da ação futura.

Mais uma vez nota-se da importância dos estudos disporem de confiabilidade e precisão, pois qualquer fator que deixe de ser abordado, terá repercussão nos trabalhos posteriores, podendo se transformar em um problema para os planejadores e gestores locais.

O estudo da análise de potencial se dá juntamente com o estudo diagnóstico, após o inventário. Um dos principais estudos dentro desta análise é a avaliação e hierarquização dos atrativos, que se dá com base no inventário turístico, onde estão identificados e classificados os atrativos e recursos turísticos segundo suas tipologias e abrangências, a partir disso o trabalho é desenvolvido, para determinar a importância turística de cada um dentro do contexto municipal, regional ou nacional (PARANÁ, 2005).

A avaliação é relevante para poder atribuir à importância do atrativo com relação a outros de características similares, ou da mesma categoria, e para se saber o que é atrativo e o que é recurso. Este estudo orientará a análise de potencial, uma vez que esta tem por base inicial em sua aplicação aos atrativos e não aos recursos. Sendo assim Ruschmann (2004, p. 142), coloca que:

a avaliação dos atrativos determina seu potencial turístico e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para uma

localidade e fornece subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e a qualidade dos equipamentos e da infra-estrutura por instalar.

Ou seja, a partir da avaliação serão obtidos documentos importantes que poderão ser utilizados no planejamento, principalmente na etapa do estudo diagnóstico no momento da análise de potencial como já citado, para determinar ações de implementação, a que locais elas serão destinadas e sua abrangência dentro da comunidade e/ou espaço onde se encontra determinada atração.

Quanto à hierarquização, Beni (2002, p. 388) expõe que “é o processo que permite ordenar os atrativos de acordo com sua importância turística”, ou seja, a hierarquização auxilia sobremaneira o processo de decisões dos planejadores do turismo, pois coloca em *ranking* as atrações, determinando qual delas merece atenção imediata ou em curto, médio e longo prazo.

No entanto, para avaliar e hierarquizar é necessário reunir um conjunto de fatores que possibilitem sistematizar as qualidades e as singularidades (valor intrínseco) de cada atrativo. Este trabalho é indispensável, uma vez que afere e aponta para quais atrações o planejamento será voltado primeiramente. Também norteia a análise de potencial, já que através da avaliação serão divididos os atrativos e recursos, os estudos referentes a esta análise se dão sobre os possíveis atrativos e seus fatores internos e externos.

Mais uma vez cabe ressaltar, com base nas considerações feitas até o momento sobre a necessidade de os responsáveis pela atividade no âmbito municipal, e dos envolvidos no *trade*, estarem cientes e serem conhecedores dos estudos que nortearão o planejamento, da abrangência de cada conceito da terminologia turística e da necessidade da avaliação dos atrativos, uma vez que estes por si só, são o primeiro passo para desenvolver a atividade, pois como aponta Boullón (2002, p. 57), os atrativos se configuram como a matéria prima do turismo.

Contudo, a realidade está muito distante dos anseios de muitos planejadores, é rara a existência destes estudos feitos com seriedade e com base na realidade local, nas diversas esferas, mas principalmente na municipal. O que ocorre é que com a ausência destes trabalhos corre-se o risco de a comunidade acabar se

desenvolvendo turisticamente de forma desordenada, causando impactos irreversíveis, tanto de ordem natural como também nas culturas locais, as quais em inúmeras vezes são únicas, e acabam se perdendo por falta de ações pensadas.

Outro ponto a citar é que estes estudos, sobretudo o inventário, por se tratar de áreas sociais, devem ser atualizados regularmente, pois como aponta Cardozo (2007b, s/p)

[...] o inventário turístico deve ser atualizado periodicamente, pois assim como a demanda, a oferta é flexível, e bastante sujeita aos câmbios do mercado e da sociedade: estabelecimentos abrem e fecham e entidades se fixam ou se deslocam, por exemplo. Manter estes dados atualizados é também manter uma das principais fontes de informações do planejamento turístico confiável.

Cardozo (2007b, s/p) ainda recomenda quanto à divulgação deste documento, pois este trata de dados tanto de interesse dos gestores públicos como dos privados, e também para que todo o *trade* turístico tenha conhecimento deste e possa usar das suas informações.

Porém, uma vez atualizado o inventário, também se fará necessário rever o estudo diagnóstico, por este ser baseado no inventário, e as variáveis acima citadas por Cardozo (2007b) influenciarem no documento do diagnóstico.

Ou seja, como o planejamento é processo baseado em resultados, e nas análises destes, que determinarão novas ações, e sabendo que estes documentos são de base para o processo, devem estar de acordo com os dados reais, para futuramente não surgirem problemas, derivados de outros que poderiam ter sido solucionados antes da concepção do processo de planejamento em determinada localidade.

Sendo assim os estudos das realidades locais são de extrema importância para o ordenamento da atividade turística. Porém em várias ocasiões estes estudos são limitados pela falta de conhecimento dos que os fazem. E assim mesmo o turismo se desenvolve, com bases não adequadas, e dessa forma, sem a perspectiva real de um futuro com resultados positivos, e podendo ainda danificar aspectos das localidades.

Os estudos em turismo devem dispor de confiabilidade desde a sua concepção. Pois como já citado, cada estudo se configura como de base para os próximos, e esta continuidade dos estudos, mantendo consistência e confiabilidade dificilmente existe. Fatos que se configuram não somente pela falta de conhecimento acerca da temática, mas também pela constante troca dos profissionais que atuam na área, nas diversas escalas do poder público.

Como nota-se a cada mandato político, o tempo de trabalho é pequeno, e muitas vezes não se dá continuidade aos estudos executados pelo gestor anterior, é como Molina (2005, p. 32) aponta quando descreve sobre os problemas enfrentados pelo planejamento:

Descontinuidade nas políticas de crescimento. Para que os resultados do planejamento se concretizem e se consolidem são necessários prazos que normalmente vão mais além do que o disponível pelo grupo político que está no poder.

Informação turística insuficiente. O planejamento é um processo de constante tomada de decisões, o qual por sua vez, está baseado em dados e informações estatísticas de um amplo espectro de atividades.

[...] Isto evidentemente, dificulta os benefícios do planejamento, uma vez que as decisões e ações ocorrem a partir de fatos parciais e inexistentes.

No momento que os gestores dispõem de dados que apontem qual é a possibilidade do município no que tange ao trabalho com o turismo, poderá se pensar com fundamentação científica no que fazer. Porém, se as situações já vistas se repetirem, as quais os discursos são encarados como fato, continuará havendo o desordenamento da atividade, os impactos destruindo atrações únicas, as culturas locais sendo invadidas e perdidas com o correr do tempo, e depois com a perda do poder de atratividade, a estagnação e declínio da atividade turística.

A necessidade de pessoas que disponham de conhecimento e sensibilidade para gerir o turismo nos espaços municipais é urgente e se torna imperativa, uma vez que estas poderão propor ações organizadas a partir do planejamento turístico.

A carência de percepção das realidades locais, não pode existir, pois são estas realidades que norteiam o desenvolvimento do turismo, apontando para uma singularidade local, e por que não dizer uma personalidade no que concerne a atividade turística.

5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO OBJETO DE ESTUDO

O município de Rio Azul – PR está situado na região Centro Sul do Estado do Paraná, nas coordenadas 25° 43'58" de latitude sul, 50° 47'47" de longitude oeste, tendo como municípios limítrofes, Irati ao norte, Mallet e São Mateus do Sul a sul, Rebouças a leste e Inácio Martins e Cruz Machado a oeste. Está a 183,50 km de Curitiba a Capital do Estado. Foi emancipado no dia 14 de julho de 1918 e hoje com 91 anos, tem uma população aproximada de 13.026 habitantes, sendo 66% desta rural e 34% urbana, distribuída em uma área de 627438 Km² (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA MUNICIPAL DE RIO AZUL, 2009, p. 7 – 8).

As principais atividades econômicas desenvolvidas são a agricultura, que é a mais evidente com o plantio de fumo, soja, arroz, feijão e milho, a avicultura, a indústria de transformação e atividades comerciais (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA MUNICIPAL DE RIO AZUL, 2009, p. 7 – 8).

O clima é o Subtropical Úmido Mesotérmico, com verões frescos e invernos com ocorrências de geadas severas e freqüentes. A média da temperatura é de 23,0° C e a média mínima é de 14,0° C.

Quanto ao relevo do município Valascki e Wzorek (1988, p. 25) afirmam que é levemente ondulado com acidentes marcantes, e seu ponto culminante é o pico Marumby, na Serra da esperança, com 1200 m de altitude. O solo é conhecido como de terra roxa, originado da decomposição das rochas basálticas com a predominância de maláfiros. No que diz respeito a sua geologia a região do município de Rio azul é estudada a partir da Bacia do Rio Iguaçu (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 24-25).

5.1 ASPECTOS REFERENTES AO TURISMO

O município apresenta alguns espaços com certa potencialidade para o turismo, parte destes são promovidos pela prefeitura municipal, mesmo que de forma não efetiva.

O órgão oficial de turismo, é um departamento vinculado a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Turismo, que efetua os trabalhos referentes a atividade no município.

Não há nenhum estudo referente a demanda que busca pelas atrações do município.

Quanto aos atrativos turísticos e equipamentos e serviços turísticos serão apresentados a seguir de acordo com suas tipologias. Os dados foram descritos com base no Inventário da Oferta Turística Municipal de Rio Azul (2009):

Atrativos naturais:

Parque Salto da Pedreira: mais conhecido com Parque da Pedreira, é uma área de domínio público, administrada pela Prefeitura do Município. Está localizado na localidade rural de Butiazal, o acesso se dá pela PR 153, 8 km do centro da cidade, sentido Rebouças/Irati. Foi criado através da Lei nº 083/99, possui uma área de 83.359,50 m². Na área podem ser visitados alguns pontos como, o salto da pedreira com queda de água de 14m, a piscina natural que deriva da exploração de rochas para a construção da BR 153, que após adaptações passou a ser um local para banho, a gruta em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Dispõe também de áreas de lazer, quiosques e lanchonetes. O acesso até o parque se dá por via terrestre com pavimentação asfáltica, que se encontra em bom estado. No que diz respeito à sinalização geral, é bem sinalizada, contudo não há sinalização turística.

Faxinal de Água Quente dos Meiras: local calmo e tranquilo, onde pode-se conhecer o sistema de criação dos antigos faxinais do estado do Paraná, que preserva uma cultura centenária, que é passada de geração em geração. Nas casas dos colonos pode-se deliciar o café rural, com os pratos típicos, feitos com produtos advindos de produção própria do campo. Podem ser realizadas também caminhadas pelo campo, visitas a propriedades rurais e plantações. A comunidade localiza-se a 19 km da sede do município. Quanto ao acesso se dá por via terrestre, de chão batido, não sinalizada, que se encontra em estado regular de conservação. O espaço é enquadrado no sistema de SNUC – Sistema de Unidades de Conservação, como Unidade de Uso Sustentável, enquanto APA - Área de Proteção Ambiental, segundo prevê o Decreto nº3446/97 do Estado do Paraná.

Atrativos culturais:

Capela Senhor Bom Jesus da Comunidade de Cachoeira dos Paulistas: uma bela construção, toda em madeira e de parede dupla, que data do ano de 1948, a qual foi erguida graças aos esforços das famílias que residiam na época na comunidade, em sua maioria descendentes de poloneses e ucranianos. Suas paredes internas são todas decoradas com Pinturas Sacras da Época Renascentista (Renascença Italiana), trabalho feito pelo artista plástico Antonio Petrek na década de 60. Está situada a 7 km da sede do município, o acesso é por via terrestre de chão batido que se encontra em estado regular, via não sinalizada.

Capela Senhor Bom Jesus da Comunidade de Água Quente dos Meiras: situada dentro da área de Faxinal da mesma localidade, é uma construção em alvenaria, com suas paredes internas decorados com pinturas Sacras da Época Renascentista (Renascença Italiana), trabalho feito pelo artista plástico Antonio Petrek. Apesar de a capela levar o mesmo nome da existente na localidade de Cachoeira dos Paulistas, as Pinturas são diferenciadas, apresentando outras passagens bíblicas. Esta situada a 19 km da sede do município, o acesso até a comunidade é por via de chão batido, não sinalizada, que está em estado regular de conservação.

Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus: teve sua inauguração em 28 de outubro de 1968. Foi construída graças aos trabalhos e determinação dos descendentes ucranianos. Seu interior é decorado com pintura Sacras da Época Renascentista (Renascença Italiana), trabalho feito pelo artista Antonio Petrek no ano de 2008, a última obra feita pelo pintor. Um dos mais belos trabalhos já feitos pelo artista, que teve como base um trabalho antigo da mesma imagem de Santa Terezinha, feito por ele no ano de 1969. Situa-se na Avenida Manoel Ribas s/n^o próxima a Praça Gregório Chauszcz. O acesso pode ser feito a pé ou com veículo, por via asfaltada, em bom estado. Não há sinalização turística.

Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus: é uma réplica da Igreja de Santa Terezinha, situada na cidade de Guarapuava – PR. Possui vitrais nos quais estão retratadas as estações da via sacra. Em suas paredes foram pintadas imagens de mártires e santos. No altar a imagem de Cristo talhada em madeira de aproximadamente 5 metros. Está situada em frente à Praça Tiradentes, na Rua XIV

de Julho, nº 272. O acesso pode ser a pé, ou com veículo por via asfáltica/paralelepípedo que se encontra em bom estado de conservação. Não há sinalização turística.

Atividades Econômicas:

Agroindústria Framora: propriedade rural onde se cultiva de forma orgânica morangos, amoras e framboesas, com as quais, por meio de processamento, são feitas geléias, doces, licores entre outras iguarias, que são comercializadas na região. Com 10 anos de trabalho a agroindústria conquistou seu espaço no mercado, e é reconhecida em nível estadual. Recebe seguidamente visitas técnicas, de pessoas que buscam se aperfeiçoar no cultivo e processamento de produtos orgânicos. Está situada na comunidade rural de Pinhalzinho, a 6km do centro da cidade. O acesso é por via de chão batido, que se encontra em estado regular de conservação. Não há sinalização.

Produtos Rioazulense: agroindústria modelo em cultivo de produtos orgânicos, a qual semanalmente recebe estudantes, que se deslocam até o local para efetuar visitas técnicas, a fim de conhecer e aprender práticas as técnicas de cultivo de produtos orgânicos. Os produtos produzidos e comercializados são frutas e legumes. Produzem licores de frutas. Está localizado na comunidade de Beira Linha, 3Km do centro do cidade. O acesso é por via asfaltada, que se encontra em bom estado de conservação. Há sinalização geral, não há sinalização turística.

Eventos Permanentes:

Fest in Rio e Festa do Carneiro e do Cabrito: tem como local de realização o Parque Ambiental Salto da Pedreira (Rodovia PR 153, 8 km do centro do município, localidade de Butiazal). É um evento anual que ocorre no mês de janeiro, com data móvel, sempre no seu primeiro final de semana. O evento é organizado pela prefeitura Municipal de Rio Azul. As atividades realizadas são diversas, dentre elas a escolha da Garota *Fest in Rio*, shows com bandas de renome estadual e nacional em todos os dias de evento, degustação de pratos a base de carneiro e de cabrito e práticas esportivas. O acesso até o local é por via de pavimentação asfáltica, que se encontra em bom estado de conservação. Há sinalização geral, não há sinalização turística.

Festival de Dança Mostre sua Dança: o evento é realizado pelo Grupo de Dança Muleka's de Rio Azul com o apoio da Prefeitura Municipal. Tem o intuito de reunir os grupos de dança da região Centro Sul do Estado, para promover o intercâmbio e a troca de experiências entre os grupos participantes. Os grupos se apresentam em várias performances, e aqueles que se destacam são premiados. A data de realização é variável, no mês de outubro. O evento é realizado no Ginásio de Esportes Albinão, na Rua Campolin José Ribeiro, próximo a antiga rodoviária municipal.

Festival Du Loco: no evento ocorrem, Campeonato de Skate, Campeonato de Street Ball (basquete de rua). Na parte da tarde as bandas de pop rock locais e da região se apresentam encerrando o festival. O evento tem data móvel dentro do mês de novembro, é organizado pelos representantes locais, dos praticantes do skate, dos atletas do basquetebol e das bandas, com apoio da Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação. O espaço de realização é a área de lazer da Rodoviária Municipal, onde há pista de skate, e quadra para o street ball. É montada no local estrutura para a apresentação das bandas.

Festa do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus: a festa é em louvor ao Padroeiro do Município, que reúne toda a comunidade católica, além de visitantes da região, uma vez que é a maior festa religiosa de Rio Azul. O evento tem data móvel dentro do mês de junho (1º domingo). Ocorre no pavilhão da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, que está situada em frente à Praça Tiradentes, na Rua XIV de Julho, nº 272.

Festa de Santa Terezinha – Rito Ucraniano: a festa é em louvor Santa Terezinha, que reúne a comunidade ucraniana do município, a qual se mobiliza para a realização do evento. No almoço são servidos os pratos típicos da gastronomia ucraniana, acompanhados de churrasco, frango e leitão assados, que se configuram como a maior atração do evento. Os festejos ocorrem no pavilhão da Igreja Santa Terezinha, na Avenida Manoel Ribas, s/n. sentido ao trevo de saída para o município de Mallet – PR.

Equipamentos e serviços:

Meios de Hospedagem: há no município uma pousada e um hotel, estes dispõem de 27 unidades habitacionais que totalizam 46 leitos.

Serviços de Alimentos e Bebidas: há no município 4 restaurantes, e 4 lanchonetes.

Equipamentos de entretenimento: são 5 espaços, entre eles praças e locais para prática de esportes.

6 RESULTADOS E DISCUÇÕES REFERENTES A PESQUISA

Com os resultados atingidos, por meio das duas etapas da pesquisa, que foram discriminadas na seção referente à metodologia, e o alcance dos objetivos específicos, foi possível avaliar a potencialidade turística da localidade em tela, proporcionando assim a conclusão sobre o objetivo geral do trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro dizia respeito à avaliação do inventário turístico municipal. Por meio da avaliação concluiu-se que havia a necessidade de atualizá-lo, uma vez que apresentava inúmeros problemas, os quais não permitiriam a realização da pesquisa de forma coesa, e a geração de dados confiáveis. Desta feita, optou-se não somente por atualizar o inventário existente, mas sim por adequá-lo ao modelo de Inventário da Oferta Turística criado pelo Ministério do Turismo (2006). Com isso ocorreu à aplicação dos formulários de pesquisa, e posteriormente a redação do texto final com todos os dados recolhidos em pesquisa de laboratório e campo.

Após a atualização o inventário turístico do município passou a dispor de dados coerentes para a pesquisa, e com isso permitiu que fosse efetuada a aplicação dos formulários de avaliação do potencial turístico propostos pelo método de Almeida (2006), o que caracterizou o alcance do segundo objetivo específico da pesquisa.

Desta feita após a tabulação e tratamento dos dados chegou-se, aos resultados finais, que se encontram descritos a seguir, distribuídos em tabelas divididas por dimensão avaliada.

Tabela 7: Resultados da avaliação dos atrativos turísticos

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Atrativos avaliados	Pontuação
Atrativos turísticos	Naturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Parque Salto da Pedreira	3
			Faxinal da Água Quente dos Meiras	2
			TOTAL NATURAIS	
	Histórico-culturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Capela Sr. Bom Jesus - Água Quente dos Meiras	2
			Capela Sr. Bom Jesus - Cachoeira dos Paulistas	2
			Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus	1
			Igreja Ucraniana Santa Terezinha	1
	TOTAL HISTÓRICO-CULTURAIS		6	

	Atividades econômicas (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Produtos Rioazulense	2
			Agroindústria Framora	2
TOTAL ATIVIDADES ECONÔMICAS				4
	Acontecimentos programados (e seus respectivos tipo e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	<i>Fest in Rio</i> e Festa do Carneiro e do Cabrito	3
			Festa do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus	2
			Festa de Santa Terezinha do Rito Ucraniano	2
			Festival de Dança Mostre Sua Dança	1
			Festival Du Loco	2
TOTAL ACONTECIMENTOS PROGRAMADOS				10
SUBTOTAL DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS				25
MÉDIA FINAL DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS				2

Fonte: Elaborada pelo autor

Atrativos turísticos: como pode-se observar na tabela 7, o município atingiu média 2, tendo vista uma escala de 1 a 5 pontos.

Se considerados os parâmetros de hierarquização de atrativos de Almeida (2006), quando aplicados a media final atingida, constata-se que o município dispõe de atrações interessantes, capazes de motivar correntes turísticas locais e regionais.

A avaliação se deu em 13 atrativos, estes que recebem, mesmo que em escala mínima, visita. A maior hierarquia atingida foi 3 (2 atrativos), ou seja, um atrativo que pode motivar visitantes que chegaram a este local/região por outras motivações, a o visitarem. A maioria (8 atrativos) atingiu média 2, que diz respeito a atração em nível regional, o restante (3 atrativos) atingiu média 1, tendo em vista que são aqueles que exercem um papel complementar para a atividade, e que por não disporem de méritos para serem enquadrados em outras hierarquias, são considerados na avaliação, tendo em vista que podem atingir futuramente outra hierarquia, situação que pode ocorrer com todos os atrativos, tanto no que concerne a melhora como ao declínio.

Parte das atrações tem apoio do poder público como o Parque Ambiental Salto da Pedreira que é administrado órgão municipal, o Faxinal¹ de Água Quente dos Meiras, Igreja Senhor Bom Jesus da localidade rural de Cachoeira dos Paulistas, Igreja Senhor Bom Jesus da localidade rural de Água Quente dos Meiras,

¹ “Comunidade rural onde existem criadouros abertos onde são criados rebanhos bovino, suíno, eqüino, caprino e de aves. O espaço está enquadrado no sistema de SNUC – Sistema de Unidades de Conservação, como Unidade de Uso Sustentável, enquanto APA - Área de Proteção Ambiental” (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA MUNICIPAL, 2009, p. 59-60).

Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, de Santa Terezinha do Menino Jesus do rito ucraniano, as duas últimas situadas no perímetro urbano. As ações empreendidas pelo órgão municipal de turismo, quanto a estes atrativos citados, são referentes a divulgação em eventos e por meio de material impresso, assim como espaço em site² do município.

A *Fest in Rio* e Festa do Carneiro e do Cabrito que ocorre no parque é organizada e financiada pelo poder público. Os festivais têm apoio da Prefeitura, no que concerne a premiação (troféus, medalhas e brindes), e disponibilidade de espaço, palco, som, entre outras estruturas que se fizerem necessárias.

As duas festas religiosas são organizadas pelas próprias igrejas, tendo apoio da comunidade local e da iniciativa privada, que freqüentam os templos. Para estas não há apoio do poder público.

As agroindústrias são da ordem privada, as duas trabalham de forma isolada. Um problema evidente é o referente ao acesso (infra-estrutura básica de responsabilidade do poder público), que não recebe manutenção regularmente, no caso da Agroindústria Framora que situa-se a 7 km do perímetro urbano; problema que não existe para a Agroindústria Produtos Rioazulense, que situa-se a cerca de 2 km do perímetro urbano, próxima a um dos trevos de acesso ao município, às margens da PR 153. São agroindústrias familiares, situadas em propriedades rurais, onde há produção de frutas, verduras e derivados, de forma orgânica. Os dois espaços recebem visitas técnicas mensalmente, e são buscadas também por pessoas que desejam adquirir os produtos que são comercializados nas propriedades.

Com base nas observações feitas e tendo em vista a situação apresentada, caberia ao município, se for parte de seus interesses futuros desenvolver o turismo, repensar a atividade, através da criação de um plano de desenvolvimento turístico, com a previsão de ações coerentes de acordo com as possibilidades que os atrativos atuais possuem, para assim de forma ordenada promovê-los.

Tabela 8: Resultados da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Equipamentos e serviços avaliados	Pontuação
Equipamentos	Meios de	Estrutura dos equipamentos	Hotel Estrela	3

² www.rioazul.pr.gov.br

e serviços	hospedagem -				
turísticos	estabelecimentos hoteleiros	TOTAL ESTRUTURA		3	
		Qualidade dos equipamentos	Hotel Estrela	3	
		TOTAL QUALIDADE		3	
	SUB-TOTAL HOTELEIROS				6
	Meios de hospedagem - estabelecimento extra-hoteleiros	Estrutura dos equipamentos	Pousada Villa Vitória		3
		TOTAL ESTRUTURA		3	
		Qualidade dos equipamentos	Pousada Villa Vitória		4
		TOTAL QUALIDADE		4	
	SUBTOTAL EXTRA - HOTELEIROS				7
	Alimentação	Estrutura dos equipamentos	Casa do Lanche		2
			Churrascaria Catarinense		3
			Lanchonete La Bodeguita		3
			Lopes Choperia		3
			Panificadora Central		2
			Panificadora e Lanchonete Schvaidak		2
			Restaurante Ki-Paladar		3
			Restaurante Villa Sabor		3
			TOTAL ESTRUTURA		21
		Qualidade dos equipamentos	Casa do Lanche		2
			Churrascaria Catarinense		3
			Lanchonete La Bodeguita		2
			Lopes Choperia		3
			Panificadora Central		2
			Panificadora e Lanchonete Schvaidak		2
			Restaurante Ki-Paladar		3
			Restaurante Villa Sabor		4
	TOTAL QUALIDADE		21		
SUBTOTAL ALIMENTAÇÃO				42	
Entretenimento e seus respectivos subtipos	Estrutura e qualidade dos equipamentos	Estádio Municipal Orestes Pallú		2	
		Ginásio Municipal de Esportes Albinão		3	
		Quadras Poliesportivas		1	
		Praça Gregório Chauszcz		1	
		Praça Tiradentes		3	
SUBTOTAL ESTRETENIMENTO				10	
SUBTOTAL DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS				65	
MÉDIA FINAL DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS				3	

Fonte: Elaborada pelo autor

Equipamentos e serviços turísticos: a média atingida foi 3 pontos, dentro de um escala de 1 a 5 possíveis.

A avaliação se desenvolveu em duas etapas, sendo uma referente à estrutura, e outra à qualidade dos equipamentos.

Tendo por base os parâmetros da matriz aplicada e a média atingida, pode-se afirmar que o município dispõe de equipamentos e serviços turísticos com capacidade restrita para atender turistas tanto individualmente como em grupos.

Os meios de hospedagem, dispõe no total de 46 leitos, divididos em 2 estabelecimentos. Apresentam estrutura em bom estado e qualidade nos serviços, e atendem à demanda que os busca.

Quanto aos equipamentos de A & B apresentam condições satisfatórias de atendimento aos visitantes, cabendo efetuar melhoras e manutenção em alguns estabelecimentos, e manter, ou se possível melhorar, o nível atual de qualidade nos serviços. Alguns espaços dispõem de estrutura apropriada para atendimentos de turistas tanto individuais como em grupos.

Os equipamentos de entretenimento são todos públicos, abertos a visitação e uso. Como se observa na tabela 8, são locais para prática de esportes (ginásio, estádio, quadras poliesportivas) e locais de lazer (praças). Quanto a questões estruturais recebem manutenção regularmente.

Tabela 9: Resultados da avaliação da infra-estrutura de apoio turístico

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
Infra-estrutura de apoio turístico	Serviços urbanos (abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública e energia elétrica)	Estrutura e qualidade dos serviços	Abastecimento de água e rede de esgoto 95% da população urbana, energia elétrica 100% do município, Limpeza pública 100% área urbana (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA 2009, p. 11-12)	4
	Acesso rodoviário a localidade	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e turística, postos de abastecimento e serviços, etc.)	PRT 153 e BR 277	3
	Circulação Interna	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e	Vias de acesso aos atrativos tanto na área urbana como na área rural	2

		turística, postos de abastecimento e serviços, etc.)		
	Sistema de Transportes	Estrutura e qualidade dos serviços	Transporte até o município e para os atrativos nas localidades rurais	2
	Sistemas de Comunicações	Estrutura e qualidade dos serviços	Telefonia fixa e móvel, emissoras de rádio, agências postais, jornais com circulação no município	4
	Sistema de Segurança	Estrutura e qualidade dos serviços	Delegacias e postos de polícia, corpo de bombeiros	2
	Equipamento médico-hospitalar	Estrutura e qualidade dos serviços	Hospital, postos e centros de saúde, clínicas odontológicas e farmácias	3
SUBTOTAL DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO				20
MÉDIA FINAL DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO				3

Fonte: Elaborada pelo autor

Infra-estrutura de apoio turístico: o município atingiu média 3 uma pontuação razoável, sabendo que a pontuação para esta dimensão era de 1 a 5, onde pode-se afirmar com base nos parâmetros da matriz aplicada, que o município possui estrutura em condições restritas para atender satisfatoriamente tanto a comunidade local como a demanda turística.

A avaliação se deu tendo como base o atendimento e os serviços que são oferecidos a população com vistas a o que pode ser oferecido ao turista.

Um dos problemas encontrados diz respeito aos acessos dentro da localidade, para alcance dos atrativos que se encontram na área rural do município. São por vias de chão batido, que não tem recebido manutenção regularmente, e que em períodos de chuva, torna os acessos mais difíceis.

O sistema de transporte é regular, atende as necessidades da população, contudo não apresenta boa qualidade nos serviços prestados, e por ser condicionado pela demanda, são poucas as linhas existentes, o que impossibilita o uso destes para visitação de atrativos presentes na área rural.

Outro problema reside no sistema de segurança, que necessita ser reestruturado, pois o município não possui corpo de bombeiros comunitário e/ou

defesa civil comunitária, quando necessário ele é atendido pelas dos municípios vizinhos de Mallet, Rebouças e Irati.

Quanto aos outros fatores avaliados nesta dimensão, apresentam boas condições de atendimento tendo em vista seu atendimento a população local e ao pequeno número de visitantes que se desloca até o município.

Tabela 10: Resultados da avaliação da dimensão normativo-institucional

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação	
Normativo-institucional	Estrutura	Existência e atuação do órgão oficial de turismo	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	2	
		Existência e atuação do conselho municipal de turismo	Conselho Municipal de Turismo de Rio Azul	2	
		Existência e gestão do fundo municipal de turismo	Fundo Municipal de Turismo de Rio Azul	3	
		Existência e atuação de outras organizações não governamentais de fomento e promoção do turismo	–	–	
	TOTAL ESTRUTURA				7
	Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo	Existência de plano de desenvolvimento turístico/plano diretor de turismo em vigor	–	–	
		Existência de legislação turística, urbana, ambiental ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação	Prevista na Lei Orgânica do Município, com base nos artigos nº: 167, 170, 171 e 172.	3	
		Existência de créditos e incentivos fiscais e/ou de incentivos fiscais ao desenvolvimento turístico	–	–	
		Inserção do município em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento turístico em âmbito regional, estadual e/ou nacional	Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011	3	
	TOTAL INSTRUMENTOS				6
	Comunicação e distribuição	Possibilidade de integração do município em roteiros e/ou circuitos	–	–	
		Ações de divulgação	Sites, guia turístico, eventos	3	

		de turismo	
TOTAL COMUNICAÇÃO			3
SUBTOTAL DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL			16
MÉDIA FINAL DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL			2

Fonte: Elaborada pelo autor

Normativo-institucional: avaliou-se questões referentes aos órgãos públicos de turismo com atuação na comunidade e suas ações para gestão do turismo. Como pode-se notar na tabela 10, a média foi 2.

A avaliação se deu tendo em vista a existência e atuação/gestão dos itens pré-definidos, pode-se notar no que concerne as categorias de análise e seus indicadores, que as pontuações obtidas foram pela existência dos itens avaliados ou seja, o que impediu da pontuação ser superior foi a sua falta de atuação e/ou gestão destes fatores.

Tabela 11: Resultados da avaliação da dimensão planejamento participativo

Dimensão	Categoria de Análise	Indicador	Item avaliado	Pontuação
Planejamento turístico participativo	Participação comunitária	Nível de envolvimento e aceitação da comunidade nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento do turismo	–	–
SUBTOTAL DIMENSÃO PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO				–
MÉDIA FINAL DIMENSÃO PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO				–

Fonte: Elaborada pelo autor

Planejamento turístico participativo: dimensão com nenhuma pontuação, tendo em vista que não há nenhum documento de planejamento que esteja em execução, a executar ou em produção.

Tabela 12: Resultados da avaliação da dimensão outros fatores

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Fatores avaliados	Pontuação
Outros fatores	Proximidade da demanda	Distância dos principais centros emissores regionais	Curitiba 183,5 Km Ponta Grossa 127 Km Guarapuava 134 Km	4
	Disponibilidade de áreas para expansão	Existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos	Pesquisa nos atrativos e equipamentos avaliados	2
	Disponibilidade de mão-de-obra	Existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade para	De acordo com a capacitação dos funcionários e quanto	2

		atendimento ao turista	ao atendimento ao público	
SUBTOTAL DIMENSÃO OUTROS FATORES				8
MÉDIA FINAL DIMENSÃO OUTROS FATORES				3

Fonte: Elaborada pelo autor

Outros fatores: nesta dimensão atingiu-se média 3.

No que diz respeito aos centros emissores regionais, foram consideradas na avaliação as cidades mais próximas do município e com maior população, que podem representar uma demanda potencial³ a viajar, onde delimitou-se: Ponta Grossa 127 km , Guarapuava 134 km e Curitiba 183,5 km, todos do estado do Paraná, e que se situam relativamente próximos ao município.

Cabe salientar da escassez de mão de obra para trabalhar nos empreendimentos hoteleiros e de A & B, sabendo que esta vem de outros municípios dependendo da formação necessária; e da inexistência de áreas para expansão dos equipamentos e dos atrativos turísticos, tendo em vista a avaliação dos itens que faziam parte das dimensões que os abordavam.

Tabela 13: Média final

Dimensão	Média final por dimensão
Atrativos turísticos	2
Equipamentos e serviços turísticos	3
Infra-estrutura de apoio turístico	3
Normativo-institucional	2
Planejamento turístico participativo	–
Outros fatores	3
TOTAL MÉDIAS	12
MÉDIA FINAL	2

Fonte: Elaborada pelo autor

A média final tendo em vista as médias de todos os parâmetros avaliados foi 2 pontos, dentro de uma escala de 1 a 5 pontos.

Esta média reflete as restrições apresentadas pelo município, no que tange a atividade, que resulta na sua incipiência quanto ao turismo.

³ “Demanda potencial é aquela que seria possível obtermos a partir de um determinado mercado emissor, para um determinado mercado receptor, além dos incrementos adicionais que seriam condicionados por esta demanda futura, como no que concerne a melhoria de serviços, e/ou aumento da capacidade de hospedagem, entre outras medidas” (BOULLÓN, 2002, p. 41).

Sendo assim, e com base nos resultados obtidos nas dimensões avaliadas, pode-se apontar que a possibilidade turística é pequena, sabendo dos problemas evidenciados na avaliação, no que pertencia a esta, tendo em vista que podem existir outros fatores que não foram abordados neste trabalho, por não serem parte da proposta, que também de alguma forma podem interferir no desenvolvimento não só do turismo, mas também de outras atividades econômicas em nível municipal.

Contudo não coube aqui procurar ratificar quais são estes fatores, mas sim buscar a possibilidade turística, e isto foi possível, e como observa-se nos resultados, nos parâmetros atingidos pelas dimensões, onde cada pode ser avaliada, trabalho este que pode apontar quais seriam as ações possíveis para efetuar trabalhos com vistas a correção dos problemas apresentados.

No que diz respeito a matriz, Almeida (2006) não aponta índices de potencial turístico para serem conferidos ao município após a aplicação da metodologia por ele criada. O autor (2006) coloca que o principal objetivo do seu trabalho era testar o instrumento de avaliação, e que não se pretendeu estabelecer em *ranking* de destinações turísticas.

Entretanto, o estudo é de extrema valia, já que por meio deste se conheceu a realidade da localidade, no que pertence ao turismo, em suas múltiplas facetas, as quais influenciam no desenvolvimento da atividade turística, conferindo o que a comunidade possui, dispondo de dados resguardados de confiabilidade, que poderão ser usados, se houver o anseio futuro pela criação de documentos de planejamento turístico para a localidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística exige cada vez mais de ações que partam da premissa de que o planejamento é necessário, em qualquer esfera que se trabalhe o turismo, afinal muitos são os lugares onde o desordenamento, pela falta do processo, ajudou a provocar danos irreversíveis, tanto no ambiente natural como nas comunidades locais, as quais esperam benefícios com a atividade, porém muitas vezes ficam com os impactos negativos.

O planejamento sinaliza para o turismo enquanto elemento de base, como sendo aquele que organiza, e faz com que o turismo se desenvolva tendo em vista a realidade e todos os envolvidos, trabalhando de forma responsável, baseando-se em fatos e dados confiáveis e concretos, sem os achismos e com empirismo.

E é com esta concepção que a avaliação de potencial se torna ferramenta indispensável, aquela que orienta o processo, permitindo o conhecimento dos espaços com aptidão para o turismo, buscando aferir a realidade destes locais, para assim poder apontar para os objetivos que nortearão seu desenvolvimento turístico, de forma organizada, preservando as comunidades locais em suas especificidades.

Para tanto este trabalho teve como intuito, o de efetuar a avaliação de potencial turístico do município de Rio Azul – PR, a fim de buscar conhecer quais são suas possibilidades de desenvolvimento, quais os aspectos estruturais existentes, e quais são as suas atrações turísticas, reais e potenciais.

A partir do trabalho pode-se observar que a atividade é incipiente e não ativa. Fatos que levam e estas circunstâncias, que foram constatados na avaliação, são a existência de atrações que apresentam poder de atração em nível regional e local, ou seja, são atrativos com baixo poder de motivar fluxos turísticos, equipamentos e serviços com capacidade restrita para atendimento aos visitantes e infra-estrutura de apoio que oferece condições limitadas para atender a própria comunidade local, fatores que se configuram enquanto facilidades para os visitantes, que devem dispor de estrutura em bom estado e qualidade nos serviços, para atendê-los da melhor forma.

De toda forma o maior problema reside na falta de instrumentos de planejamento e gestão da atividade, que são indispensáveis, contudo em Rio Azul, são deficientes. Esta situação deriva da posição do poder público para com a

atividade, da falta de integração por parte dos envolvidos e também da inexistência de um trabalho ordenado dos órgãos municipais; fatos que ocorrem certamente pela falta de interesse de desenvolver a atividade, que por ora demandaria investimentos, mas que em contrapartida poderia proporcionar benefícios somente em longo prazo.

Cabe salientar que não era o intuito deste trabalho o de enquadrar o município em um *ranking* ou hierarquia, até por que a matriz aplicada não apresenta parâmetros do tipo. A pesquisa teve como finalidade conhecer quais as possibilidades que Rio Azul apresenta no que se refere ao turismo.

O que se pode afirmar é que estas possibilidades foram mensuradas, concluindo que o município dispõe de uma pequena potencialidade para a atividade turística, que pode aumentar a partir da implementação de ações de forma ordenada, tendo em vista a correção das deficiências que foram levantadas por meio deste estudo.

O município poderia começar a ser pensado/planejado no que concerne a atividade, mediante criação inicialmente de pequenos projetos, para posteriormente, se a atividade começar a render entrada de capital, criar um plano de desenvolvimento turístico, com a previsão de ações coerentes de acordo com as possibilidades existentes, para assim de forma ordenada procurar trabalhar com o turismo.

Mas para isso há um grande caminho a ser percorrido, como a busca da participação da comunidade, fazendo com que esta conheça e se interesse, provocando nesta a idéia de que o turismo pode ser uma atividade alternativa, que pode agregar renda e benefícios. É aí que entra a iniciativa privada, que em Rio Azul, apresenta-se estagnada e sem visão para efetuar certas melhoras, para atender sua demanda local. Ou seja, de que forma pode-se incitá-la a melhorar seus serviços para atender a comunidade, e a partir disso, fazê-la pensar em uma demanda futura derivada do turismo, que pode advir a freqüentar seus estabelecimentos, e que eles deverão atender com qualidade e discernimento.

Da mesma forma, caberia ao poder público buscar meios para melhorar os serviços de infra-estrutura básica de atendimento a localidade, uma vez que o município poderá ser bom para os que o vistam ou venham a visitar, a partir do

momento em que ele, no que pertence a suas obrigações, oferecer boas condições de sobrevivência a comunidade que nele reside.

De toda forma, o estudo que se apresenta é relevante, pois teve como objetivo visualizar a localidade tendo em vista seus órgãos e estruturas que já se envolvem ou poderão ser envolvidas na atividade. Após sua aplicação e com os resultados obtidos, torna-se um documento de base para se pensar na atividade, com vistas a seu desenvolvimento.

Ainda buscou-se levantar uma reflexão sobre o indevido uso da terminologia básica turística, já que isto acaba incidindo em discussões e por que não dizer distorções, tanto no meio acadêmico como no *trade* turístico.

E com está reflexão torna-se pertinente retomar a pergunta apresentada anteriormente neste trabalho, que levantava a seguinte inquietação: até que ponto um indivíduo pode afirmar que determinado município dispõe de potencial turístico se não foi efetuado nenhum estudo/trabalho, que o desse suporte para tal asseveração? Com este estudo e todos os argumentos nele apresentados, pode-se afirmar que chega o momento em que o planejamento turístico, por meio dos que o estudam e aplicam, deve tratar da temática com mais afinco e de forma mais particular, para que estas afirmações argüidas e sem fundamento, passem a ser utilizadas com mais coerência.

Sendo assim, novos trabalhos referentes ao tema são de extrema valia, como estudos acerca de municípios, usando esta ou outras metodologias congêneres, bem como pesquisas referentes à demanda, tendo em vista sua relevância, podendo haver cruzamentos entre os resultados dos dois estudos, chegando a novas reflexões, a novas possibilidades, ou impossibilidades, no que diz respeito a atividade turística em qualquer município, contudo chegando a dados com base em fundamento teórico.

De toda forma, cabe ao município refletir através deste e de outros trabalhos, sobre suas possibilidades de desenvolvimento, e quais são as prioridades atuais se for de seu anseio empreender ações no que concerne a atividade, tendo em vista os resultados aqui apresentados e sua importância para o planejamento turístico local.

No que concerne as suas principais atrações com potencialidade pode-se apontar o Parque Ambiental Salta da Pedreira e o evento que ocorre no mesmo local, a *Fest In Rio* e Festa do Carneiro e do Cabrito, que são os atrativos com maior hierarquia e possibilidade de ascensão, no entanto que recebem apoio e investimentos do poder público.

Ainda pode-se levantar algumas hipóteses, como a da necessidade de pessoas que disponham de conhecimento e sensibilidade para gerir o turismo nos espaços municipais que é urgente e se torna imperativa, uma vez que estas poderão propor ações organizadas a partir do planejamento turístico. Contudo para isso ocorrer, também há necessidade de o poder público olhar para a atividade com mais clareza, pois os profissionais dependem do apoio deste para poder planejar e implementar trabalhos, se do contrário, não há o que fazer, e estes profissionais tornam-se desnecessários.

Outra questão é a referente a carência de percepção das realidades locais, que não pode existir, pois são estas realidades que norteiam o desenvolvimento do turismo, apontando para uma singularidade local, e por que não dizer uma personalidade no que tange a atividade turística.

E é com esta reflexão que se conclui este trabalho, e é a que fica para ser repensada em trabalhos futuros, que refere-se a necessidade de mais seriedade e discernimento, para apontar o que realmente se possui em mãos para ser trabalhado, o que realmente pode-se fazer, em termos de turismo, para a partir de ações convenientes, mostra-se para o mercado turístico de forma atraente, com produtos turísticos condizentes com as limitações existentes, porém com suas qualidades próprias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese de doutorado Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- BARRETTO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.
- BOULLÓN, Roberto Carlos. **Os municípios turísticos**. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.
- BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CARDOZO, Poliana Fabíula. **Planejamento turístico municipal**. Revista Virtual Partes (*on-line*): São Paulo, 2007a. Disponível em: < <http://www.partes.com.br>>.
- CARDOZO, Poliana Fabíula. **Metodologia de Estudo da Oferta Turística**. Revista Virtual Partes (*on-line*): São Paulo, 2007b. Disponível < <http://www.partes.com.br>>.
- DOMINGUEZ, Lía de Nakayama. **Relevamiento turístico: propuesta metodológica para el estudio de una unidad territorial**. Santa Fé (Argentina): Centro de estudos turísticos Instituto superior de turismo Sol, 1994.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2 Ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- LENO CERRO, Francisco. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, 1993.
- MOLINA, Sergio. **Planejamento integral do turismo**. Bauru: Edusc, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Orientações para gestão do turismo municipal**. 2005.
- PETROCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. 2 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- RIO AZUL. Prefeitura Municipal. **Inventário da Oferta Turística Municipal**. 2009.
- RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11 Ed. Campinas: Papirus, 2004.

SILVA, Fabiano Reis. **A paisagem do quadrilátero ferrífero, MG:** potencial para o uso turístico da sua geologia e geomorfologia. Tese de mestrado Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2007.

SOARES, Joécio Gonçalves, CARDOZO, Poliana Fabíula. **A avaliação e hierarquização de atrativos turísticos como ferramenta para o planejamento turístico.** Revista Virtual Partes (*on-line*): São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.partes.com.br>>.

VALASCKI, Reinaldo. WZOREK, Ceslau. **Rio Azul:** 70 anos de emancipação política, de braços abertos para o amanhã. Curitiba, 1988.

VELOSO, Marcelo Parreira. **Turismo simples e eficiente:** um guia de orientações básicas para municípios. São Paulo: Roca, 2003.